

Parecer nº 667/2014/IPHAN-RS

Porto Alegre, 25 de Agosto de 2014.

À Sra. **Célia Corsino**  
Diretora do DPI

Assunto: Solicitação de Registro do bem cultural *Tava*, Lugar de Referência para o povo *Guarani*

Senhora Diretora,

*O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir.<sup>1</sup>*

O presente parecer tem por objetivo contextualizar o pedido de Registro da *Tava*<sup>2</sup> em São Miguel Arcanjo e encaminhar à Gerência de Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial a avaliação técnica da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul (SE-RS) a respeito.

A solicitação de Registro da *Tava*<sup>3</sup>, endereçada à presidência do IPHAN em setembro de 2007, por parte de doze lideranças *Guarani-Mbyá*<sup>4</sup> de seis estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ e ES) e uma liderança do Paraguai, que estavam participando do *Encontro Internacional Valorização do Mundo Cultural Guarani*<sup>5</sup>, refere-se ao reconhecimento de significados e sentidos atribuídos pelo povo *Guarani-Mbyá* ao sítio histórico que abriga os remanescentes da antiga Redução Jesuítico-*Guarani* de São Miguel Arcanjo, localizado no município de São Miguel das Missões,

<sup>1</sup> José Reginaldo Gonçalves, in: Patrimônio como categoria de pensamento (2002)

<sup>2</sup> Os termos indígenas serão grafados em itálico e no singular, obedecendo às normas da *Convenção sobre a Grafia de Nomes Tribais*, aprovada na primeira Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953.

<sup>3</sup> O termo *Tava* é composto da junção de 'ita' (pedra) e avá (gente, humanidade), traduzindo a ideia de ação humana sobre as pedras.

<sup>4</sup> *Guarani-Mbyá* é uma parcialidade do povo *Guarani*. Trata-se de uma classificação baseada em critérios linguísticos.

<sup>5</sup> Evento realizado em São Miguel das Missões, promovido pelo IPHAN e pelo Centro Regional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (CRESPIAL) para debater a realização de um Inventário Cultural com os *Guarani* no Brasil, na Argentina e no Uruguai.

**Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul**

Av. Independência, 867 - CEP 90035-076 - Porto Alegre / RS

Fones/Fax: 51 3311.1188 - 51 3311.9351 - 51 3311.3853 - 51 3311.7722

iphan-rs@iphan.gov.br | www.iphan.gov.br





no Rio Grande do Sul. O sítio foi constituído como patrimônio cultural pelo IPHAN, em 1938, e declarado patrimônio da humanidade, pela UNESCO, em 1983.

Para os *Guarani- Mbyá*, trata-se de um 'lugar de referência', um espaço vivo que articula concepções relativas ao seu bem-viver, integra narrativas sobre sua trajetória como povo e é diariamente vivenciado como lugar de atividades diversas e de aprendizado para os mais jovens. Um lugar relacionado a sua memória e que, pela presença dos remanescentes daquilo que foi construído por mãos indígenas, apresenta uma condição singular de visualidade<sup>6</sup> de significados que expressam a compreensão de mundo *Guarani*, no tempo presente.

Na 9ª Reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, realizada em 11 e 12 de fevereiro de 2008, o pedido foi julgado procedente.

Como será demonstrado nesse Parecer, o processo de Registro da *Tava* em São Miguel Arcanjo trata de questões importantíssimas, como a relação de uma instituição do Estado brasileiro com um povo indígena que, utilizando-se dos caminhos hoje disponibilizados pela política de salvaguarda do patrimônio imaterial, vem requerer o direito de contar sua história e afirmar a profunda ligação desse bem cultural com seu modo de estar no mundo. Trata das relações entre indígenas e não-indígenas, num espaço de visitação pública<sup>7</sup>, implicando em uma reflexão sobre os modos como esse bem cultural é visto por distintos sujeitos. Trata, por fim, dos esforços realizados pelos *Guarani-Mbyá* para vivenciarem a *Tava* em melhores condições e mudarem o modo como são vistos pelos não-indígenas.

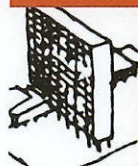
No pedido consta o título *Tava Miri dos Mbyá-Guarani* que expressa a compreensão a que se chegou ao final da elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais *Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, em 2008<sup>8</sup>. Na medida em que o trabalho avançou, houve um intenso debate entre os *Guarani-Mbyá* sobre as formas de nomear a *Tava*, conforme documentado no filme *Tava, a Casa de Pedra*, o

<sup>6</sup> Segundo o Dicionário online de Português; (lat. *visualitas*) 1. **Vista**. 2. Miragem. 3. **Aspecto cambiante**.

<sup>7</sup> O sítio de São Miguel Arcanjo recebe, anualmente, cerca de 60 mil visitantes, 70% dos quais são estudantes do Ensino Fundamental.

<sup>8</sup> Conforme exposto no livro *Tava Miri, sagrada aldeia de pedra dos Guarani*, editado como produto do INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo.





qual integra o processo de Registro a que se refere este Parecer. No momento de sua conclusão, em reunião realizada junto à comunidade da *tekoá Koenju* (Aldeia Alvorecer)<sup>9</sup>, com técnicos da Superintendência do IPHAN-RS<sup>10</sup> e da Universidade de Brasília<sup>11</sup>, os *Guarani-Mbyá* definiram como título *Tava, Lugar de Referência para o povo Guarani*. Fizeram questão de autoreferirem-se como *Guarani*, como forma de enfatizar o compartilhamento de significados culturais com esse ‘grupo maior’.

## 1. Histórico do processo

### 1.1-O projeto de requalificação do Museu das Missões e o encontro com os Guarani-Mbyá

A solicitação de Registro ocorreu durante processo de trabalho com comunidades *Guarani-Mbyá*, iniciado em 2004 pela Superintendência do IPHAN e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como parte de um projeto de atualização do discurso institucional sobre a experiência histórica missioneira, e de requalificação do Museu das Missões<sup>12</sup>.

Como se sabe, São Miguel Arcanjo foi um dos 30 aldeamentos fundados nos séculos XVII e XVIII, por religiosos da Companhia de Jesus e indígenas, num extenso território, que integrava a Província Jesuítica do Paraguai e que hoje faz parte da Argentina, do Brasil e do Paraguai. A criação dos aldeamentos, conhecidos como Reduções,<sup>13</sup> foi uma das principais estratégias empreendidas pela Coroa espanhola para garantir a continuidade da colonização na América meridional, que se encontrava ameaçada pela

<sup>9</sup> Aldeia que se encontra a 27 km do sítio de São Miguel Arcanjo. Seus membros frequentam o sítio diariamente.

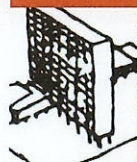
<sup>10</sup> Refere-se à historiadora Beatriz Muniz Freire e ao cientista social Marcus Benedeti, da Superintendência do IPHAN-RS e às arquitetas Ana Luísa Seixas e Adriana Almeida do Parque Histórico Nacional das Missões.

<sup>11</sup> Refere-se à antropóloga Sílvia Guimarães, que atua como consultora.

<sup>12</sup> O Museu das Missões integra o sítio histórico de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões (RS) e abriga uma coleção de imagens sacras e fragmentos das antigas Reduções Jesuíticas dos *Guarani*.

<sup>13</sup> A palavra redução vem do termo latino *reducere*, que significa reduzir, trazer de volta, sujeitar, diminuir.





intensificação de rebeliões indígenas, motivada pela introdução da *encomienda*<sup>14</sup> na região. A repressão às rebeliões e a ocorrência de doenças transmitidas pelos conquistadores haviam causado decréscimo alarmante da população indígena, principal fonte de mão-de-obra.

Do ponto de vista dos colonizadores, o propósito das Missões<sup>15</sup> era a pacificação dos indígenas por meio da catequese, realizada inicialmente por religiosos franciscanos e, a partir do início do século XVII, por jesuítas. A ‘pacificação’ seria o caminho para garantir que trabalhariam para os *encomenderos*. Para a Igreja Católica, a conquista espiritual dos chamados gentios fazia parte dos esforços de recomposição e ampliação de seu ‘rebanho’, que se encontrava reduzido e ameaçado pela Reforma Protestante. Contrariando as expectativas iniciais, os jesuítas se voltaram contra a prática da *encomienda* e negociaram a vinculação direta do sistema missional à Coroa, o que possibilitou às reduções desfrutarem de certa autonomia em relação aos poderes locais, um dos fatores de sua singularidade como instituições integradas ao projeto de conquista. Esse foi, também, um dos principais motivos pelos quais, durante todo seu período de vigência, as Missões mantinham relações tensas com a sociedade colonial, que reivindicava acesso à mão de obra missioneira e se ressentia da concorrência dos missioneiros em relação à exploração e comercialização de gado e da erva-mate (NEWMAN, 1996, p.50).

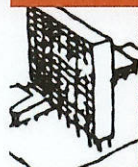
A fundação dos trinta povos se deu num período de relativa estabilidade, quando os ataques de bandeirantes, ligados à colonização portuguesa, já não ocorriam<sup>16</sup>. Outras reduções, fundadas nas regiões do *Guairá* (no oeste do atual Paraná), entre 1610 e 1628, do *Itatim* e do *Tape* (em território dos atuais estados do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul), entre 1631 e 1633, haviam sido destruídas por bandeirantes e colonos, que viam no sistema missioneiro um impedimento de acesso à mão de obra indígena.

<sup>14</sup> A *encomienda* era um arranjo contratual mediante o qual um *encomendero* poderia utilizar a mão de obra de indivíduos e de comunidades indígena, em troca da obrigação de cristianizá-los.

<sup>15</sup> Missão era o projeto de conversão dos indígenas à fé católica. Redução era o aldeamento para a fixação dos indígenas num mesmo local. Designa também o método de catequese: a missão por redução (NEWMAN, 1996, p.50)

<sup>16</sup> Após a destruição de diversos aldeamentos, a Coroa espanhola autorizou os jesuítas a armarem e treinarem militarmente os *Guarani*. A batalha de *Mbororé* (1640), perdida pelos bandeirantes, foi um marco para a expansão do sistema missioneiro.





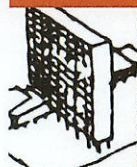
As Reduções eram núcleos urbanos, cuja população podia chegar a cerca de 6.000 indígenas de diferentes etnias, com predomínio do *Guarani*<sup>17</sup>, e dois a três religiosos. Segundo Jean Baptista (2009, v.1) os aldeamentos não eram homogêneos, mas sim variações concebidas com ativa participação dos nativos, cujo sistema de organização em famílias extensas se fazia presente na divisão do espaço reducional. Até o final do século XVII, as reduções eram compostas de estruturas singelas, desconfortáveis e multifuncionais. As estruturas monumentais, cujas ruínas estão preservadas pela patrimonialização, seriam lentamente construídas, em meio a períodos de estabilidade e de crises.

Interligados por caminhos, os aldeamentos contavam com estâncias, para a criação de gado, ervais, dos quais se extraía a erva-mate, além de estruturas como capelas, currais, fontes de água, dentre outras. Segundo Eduardo Newman, as reduções foram centros formadores de mão de obra indígena qualificada, que em diversas ocasiões atuou em obras públicas, transporte, abastecimento e na defesa dos territórios conquistados pelos espanhóis, ocupando e patrulhando toda a extensão da Banda Oriental (NEWMAN, 1996). Muitos são os autores que hoje consideram as Missões como ‘instituições de fronteira’, criadas com a intenção geopolítica deliberada de deterem o avanço da colonização portuguesa e de indígenas hostis aos conquistadores espanhóis (MALDI, 1997). Internamente, no cotidiano das reduções, as fronteiras culturais entre indígenas e religiosos foram intensamente negociadas, mediante apropriações mútuas, adaptações e recreações. Por tudo isso, o sistema missional teve importante papel na reconfiguração das identidades indígenas, na região do rio da Prata, nos séculos XVII e XVIII.

O fim do sistema missioneiro na América meridional foi uma consequência da decisão das Coroas de Portugal e de Espanha de definirem objetivamente as fronteiras de suas possessões. Pelo Tratado de Madri, firmado em 1750, a Colônia do Sacramento, que era de domínio português, deveria ser trocada pelos territórios dos chamados Sete

<sup>17</sup> No período colonial, o termo *Guarani* (que significa ‘guerreiro’) referia-se a diversos grupos indígenas (Carijó, Itatim, Tapé, Guarambaré, Tobatin, Mbaracayú, dentre outros), classificados como um único povo pelos religiosos e autoridades coloniais, em função de prováveis semelhanças. O termo fixou-se no s. XVII, aparentemente por ação de Montoya (FAUSTO, 2005)





Povos das Missões<sup>18</sup>, localizados na margem esquerda do rio Uruguai, que eram de domínio espanhol (SEVERAL, 1998, p.118). Essa decisão, imposta à população dos Sete Povos – que somava em torno de 30 mil indígenas – implicava na entrega não apenas de suas terras, como das lavouras, dos ervais, do gado, das estâncias, das plantações de algodão, dos templos e oficinas, aos portugueses, que haviam sido, por décadas, inimigos ferrenhos das Missões (SEVERAL, 1998, p.126).

Os indígenas de seis dos Sete Povos<sup>19</sup> se recusaram a aceitar tal decisão e enfrentaram o exército formado por forças de Portugal e de Espanha na Guerra Guaranítica (1753-1756), conflito que resultou num decréscimo da população nativa na região. O banimento dos *Guarani* de toda a região missioneira era do interesse de ambas Coroas. À Coroa portuguesa interessava apropriar-se não só dos territórios, mas também das riquezas das Missões, sobretudo do gado missioneiro. Para a Coroa espanhola era importante evitar a permanência de indígenas militarizados em terras de domínio português, pois eles poderiam, futuramente, aliar-se aos portugueses.

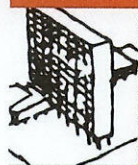
Apesar da Guerra, do decréscimo populacional e das difíceis relações posteriormente mantidas entre os indígenas que restaram na região e as autoridades portuguesas, as estruturas missioneiras continuariam ocupadas até meados do século XIX. Segundo Maria Cristina dos Santos, a reorganização político-administrativa dos povoados missioneiros que se seguiu ao fim do sistema jesuítico-*guarani* abriu

*“novas e, inicialmente sedutoras, perspectivas econômicas à Província do Paraguai [e seus] múltiplos personagens (...) funcionários, encomenderos, comerciantes, padres de outras ordens, criollos (espanhóis nascidos na América), mestiços (filhos de espanhóis com mulheres indígenas, (...)) entre outros. Todos interessados em alcançar o sonho de riquezas do Eldorado, agora localizado no sul das Américas”*(SANTOS, 2009, v. III, p. 58).

<sup>18</sup> Os sete últimos aldeamentos fundados na região que hoje pertence ao Rio Grande do Sul : São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Luís Gonzaga (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706).

<sup>19</sup> Segundo Rejane Sevalal (1998), em junho de 1753, a população da redução de São Francisco de Borja havia cedido à pressão das autoridades espanholas e concordado em abandonar o aldeamento.





Esse sonho seria frustrado, diante da difícil tarefa de manutenção dos níveis de produção alcançados pelo sistema missioneiro em seu período de florescimento. Conforme observa Santos, a mobilidade indígena, que as autoridades entendiam como ‘deserção’, se manteria, bem como a prática de prestação de serviços individuais por indígenas mediante pagamento.

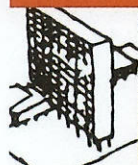
Com o avanço da colonização da região por lagunistas, paulistas, curitibanos e imigrantes europeus, três dos Sete Povos tornaram-se cidades – Santo Ângelo Custódio, São Borja e São Luiz Gonzaga – e quatro tiveram seus remanescentes reconhecidos como patrimônio nacional e preservados como sítios abertos à visitação, sem que se tenha admitido, contudo, o protagonismo indígena na experiência histórica missioneira.

Ainda hoje, quem visita o sítio de São Miguel Arcanjo para conhecer as ruínas do antigo aldeamento missionário depara-se, no alpendre do Museu das Missões, com homens, mulheres e crianças *Guarani*, vendendo seu artesanato, exposto no chão de pedra. A cena é paradoxal, porque tanto no sítio, quanto no museu, há pouca referência aos indígenas que viveram no aldeamento, nos séculos XVII e XVIII. Quando mencionados, é na condição de aprendizes dos ensinamentos promovidos pelos jesuítas, ali retratados como heróis civilizadores, responsáveis pela introdução do gado, do arado, da escrita, das técnicas construtivas e artesanais, da estética barroca e da religião cristã na região da bacia do rio da Prata (FREIRE, 2007, p.120). Trata-se, portanto, de um encontro com os *Guarani* contemporâneos, num cenário em que seus antepassados são como rostos na sombra.

De fato, desde o tombamento dos remanescentes do antigo aldeamento de São Miguel Arcanjo, em 1938 - pouco meses após a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN - o foco na ação dos jesuítas pareceu aos técnicos do patrimônio o caminho possível para a interpretação da história das Missões Jesuíticas dos *Guarani*. Note-se que o tombamento foi justificado pelo valor artístico atribuído às ruínas por Lucio Costa, motivando sua inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes. Em seu relatório<sup>20</sup>, ele as considerou como ruínas dos aldeamentos da pro-

<sup>20</sup> Relatório elaborado em 1937, após viagem de vistoria dos remanescentes das reduções que se encontravam em território do atual Rio Grande do Sul.





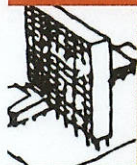
víncia jesuítica espanhola, que “ficaram encravados do lado de cá” (COSTA, 1997, apud MEIRA, 2007, p.83). Na década anterior, em 1922, o governo do estado havia declarado o local como ‘lugar histórico’, por conter ‘relíquias históricas’ do povoamento do Rio Grande do Sul<sup>21</sup>. Mas, o IPHAN priorizou o aspecto estético.

Na ocasião, a historiografia sul-rio-grandense já vinha debatendo o papel que as Missões teriam desempenhado na formação da sociedade regional. As duas grandes matrizes historiográficas vigentes no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1970 – a matriz platina e a matriz lusa – apesar de defenderem teses distintas sobre a formação do Rio Grande do Sul, atribuíam a autoria do projeto missionário exclusivamente aos jesuítas, representando os povos indígenas ora como selvagens, cuja única via de humanização e civilidade teria sido a aceitação da catequese, ora como vítimas da ação interessada dos religiosos. Em ambas abordagens, os nativos teriam sido atores apenas secundários do processo histórico transcorrido desde a chegada dos colonizadores na América meridional. Ao *Guarani* missioneiro que, segundo a visão predominante, teria superado sua condição de indígena pela adoção de valores europeus e cristãos, atribuía-se capacidade de imitação, ou, nas palavras de Aurélio Porto, inteligência reprodutiva (TORRES, 1997:122). Esse ‘quadro’ perdurou até meados da década de 70, quando surgiram novas abordagens.

Além disso, para diversos autores de ambas tendências, o fim do projeto missionário, após a já citada Guerra Guaranítica e a expulsão dos jesuítas do Brasil (1759) e da América espanhola (1767), teria levado à quase extinção dos indígenas na região dos Sete Povos das Missões. O destino dos que não morreram na guerra teria sido a fuga para áreas distantes, ou o aprisionamento pelos portugueses ou, ainda, a ‘diluição’ na população local, por meio da mestiçagem. De acordo com essa visão, o *Guarani* missioneiro – o indígena virtuoso – não teria descendentes vivendo como indígenas. Os outros nativos, aqueles que haviam se recusado a viver nos aldeamentos com os religiosos, seriam numericamente inexpressivos e não teriam tido qualquer relação com o pro-

<sup>21</sup> Além de cercar o local e instituir uma guarda para garantir a integridade das estruturas remanescentes, realizou obra de consolidação para estabilizar a torre da igreja, que havia sido atingida por um raio e estava prestes a desabar. (MEIRA, 2007)





jeto missionário e suas realizações. Estes seriam os ‘verdadeiros’ antepassados dos *Guarani* contemporâneos (CUSTÓDIO, 2007, p.66), os quais teriam se mantido em total isolamento, sem contato com os indígenas das Missões. A tese do ‘espaço vazio’ consistiu, portanto, na negação da presença indígena no território do atual Rio Grande do Sul. A apropriação, que se seguiu, das terras que foram dos indígenas e que abrigaram reduções missionárias, do gado das Missões e dos ervais, entre outras riquezas, por particulares, resultando na formação de estâncias, teria se dado sem tensões.

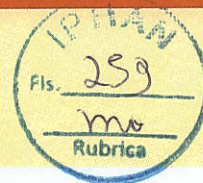
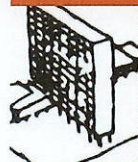
Estudos posteriores à década de 90 contrariam francamente tal tese. Como observa Jean Baptista, com base em relatos de viajantes<sup>22</sup> que percorreram a região ao longo do século XIX, o antigo território missional permaneceu ocupado por “indivíduos resultantes do vai-e-vem das fronteiras dos impérios ibéricos e da criação de gado em estâncias, marca da economia da região” (2009, v.3, p.133). Alguns ofícios e práticas agrícolas continuaram sendo exercidos, bem como práticas religiosas, conforme relatado mais adiante, neste Parecer. As ruínas, segundo Jean Baptista, devem ser vistas como objeto de “transformação constante” (2009, p. 167).

As estruturas dos antigos aldeamentos, ainda que em processo acelerado de aruinamento, foram ocupadas pela população local, composta tanto de indígenas, quanto de não-indígenas. Alguns dos relatos de época, a exemplo dos escritos do cônego João Pedro Gay, datados de 1861, dão a medida de como os ‘novos habitantes’ eram vistos pelas autoridades, bem como das dinâmicas sociais geradas pela distribuição de terras na região que, seguindo a política de sesmarias, provocara uma grande concentração de terras em mãos de poucos. Sobre o “peão” ou “gaúcho” diz o cônego Gay:

*“supersticioso, desconfiado, mui reservado e cheio de antipatias contra o homem da cidade”, a quem “não toma trabalho de ocultar o seu desdém”. Esses gaúchos “vivem correndo pelas campanhas sem paradeiro fixo, quase sem família” e “quase como vagabundos” (GAY, [1861], 1942, apud BAPTISTA, 2009, p. 133).*

<sup>22</sup> Refere-se aos ‘viajantes’ Auguste Saint-Hilaire, Arsène Isabelle, Nicolau Dreus e Robert Avé-Lallemant, aos quais se somam autores com interesses regionais, como o cônego José Pedro Gay, o militar Joseph Hörmeyer, o engenheiro Maximiliano Bershoren e o escritor Hemetério Silveira.





Em relação aos “pardos, negros livres ou libertos” o cônego Gay os considera afetados pelas “más qualidades características dos índios: o orgulho, a insolência e o cinismo” (GAY, [1861], 1942, *apud* BAPTISTA, 2009, p. 134).

Sobre a estrutura fundiária que se configurou na região das antigas Missões, o cônego observa:

*“Um estancieiro é senhor e dono de seis, nove ou mais léguas quadradas de terras, grandes desertos cujos possuidores tratam mal e dão má criação ao gado, e têm o direito de fazer sair do seu campo famílias infelizes, que não sabem onde fazer descansar suas cabeças” [famílias que] “correm de um lado a outro procurando um abrigo que ninguém lhes concede” (GAY, [1861], 1942, *apud* BAPTISTA, 2009, p. 134).*

A idealização das Missões como obra dos jesuítas, e dos indígenas como ‘tábulas rasas’ modeladas pelos religiosos (ou como aguerridos ‘infiéis’ que recusaram aquela experiência civilizatória) tornou-se senso comum e, ainda hoje, se perpetua pela educação formal. Não é incomum encontrarmos manifestações nesse sentido, como o texto produzido por estudantes do Ensino Fundamental, após visitarem o sítio de São Miguel Arcanjo, em que se lê:

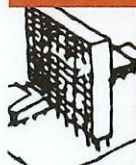
*“(…) dirigidos pelos jesuítas, além de aprenderem a rezar, **aprenderam também a plantar** (trigo, milho, feijão, mandioca), **a extrair erva-mate**, a criar gado. [Nas missões eles] trabalhavam como ferreiros, pedreiros, carpinteiros, faziam até imagens de santos em madeira, instrumentos musicais e outras coisas que aprendiam com os padres”<sup>23</sup> (grifo nosso).*

Outra expressão de tal entendimento é a caracterização dos *Guarani-Mbyá* como ‘índios estrangeiros’, vindos da Argentina e do Paraguai, conforme matérias jornalísticas recentemente publicadas no Diário Catarinense, em contestação à demarcação de terras na localidade de Morro dos Cavalos, em Santa Catarina.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Texto elaborado em 2006, por estudantes e professores de um colégio de Porto Alegre, após visita às Missões e a partir de leitura do livro didático *Viagem pelo Rio Grande do Sul*. Disponibilizado pela internet.

<sup>24</sup> A exemplo de *A multiplicação de Terras Indígenas*. Florianópolis, Diário Catarinense, 7.08.2014.





Nas décadas que se seguiram ao tombamento dos remanescentes do antigo aldeamento de São Miguel Arcanjo, o IPHAN dedicou-se à preservação das estruturas edificadas, seguindo o método proposto por Lucio Costa, do qual destacamos a orientação específica de que as intervenções deveriam se limitar a consolidar e conservar as ruínas, sem jamais reconstruir ou mesmo recompor qualquer de suas partes (COSTA, 1999, apud MEIRA, 2013, p. 6). É interessante ressaltar que, embora por diferentes motivos, essa diretriz vai ao encontro da concepção defendida pelos *Guarani-Mbyá* em relação às ruínas, como se verá adiante.

Paralelamente à obra de estabilização do pórtico frontal e da torre da igreja, minuciosamente executada mediante desmontagem e remontagem das estruturas de pedra, realizou-se a construção do pavilhão projetado pelo próprio Lucio Costa para abrigar e expor imagens e peças esculpidas que “se espalhavam no solo das antigas reduções” (MEIRA, 2007, p.83 e 84), contrariando a prática, comum à época, de envio de peças consideradas valiosas aos grandes museus, localizados nas capitais. Segundo Letícia Bauer, a intenção de Lucio Costa ao recomendar medidas para a conservação dos remanescentes missioneiros era “dar ao visitante uma impressão tanto quanto possível aproximada do que foram as Missões”. Nesse sentido, julgou conveniente concentrar todas as peças missioneiras em São Miguel Arcanjo e “torna-las mais acessíveis” exibindo-as no Museu das Missões (2006, p. 69). A ideia não era reconstruir o passado, como se o visitante pudesse vivenciá-lo, mas sim “reaproximar os tempos em certa medida díspares (2006, p. 74).

Anteriormente, esforços pela preservação das imagens que integravam os espaços reducionais haviam sido realizados por indígenas, ao longo do século XIX, conforme relatado por viajantes. Saint-Hilaire, em 1820, testemunhou a persistência de cultos agrícolas em São Nicolau, centrados na imagem de São Isidro. Em São João, em 1855, “uma das casas da praça era depósito de poucas imagens salvas do incêndio da igreja (...)” (SILVEIRA, 1861, p. 205, apud BAPTISTA, 2009, p. 159). Em São Lourenço Mártir, em 1858, Avé-Lallemant encontrou imagens reunidas no antigo colégio da Redução, aos cuidados de um grupo de mulheres indígenas. Eram “33 estátuas de diferen-





tes tamanhos, de José e Maria, diversos quadros de Cristo” e “um arcanjo Miguel matando o dragão” (1858, p. 266, apud BAPTISTA, 2009, p. 160).

Segundo o cônego Gay, em 1861, em São Nicolau, uma dúzia de estátuas de santos retiradas das ruínas da igreja se encontrava num depósito, no qual, aos domingos

*“reúnem-se os índios que moram em pequenos ranchos debaixo do mato das laranjeiras e fazem suas orações diante das imagens que beijam com devoção e depois se retiram as suas guaridas por pequenos atalhos que ninguém distinguiria”* (Gay, 1862, p. 234, apud BAPTISTA, 2009, p.159).

Também em São Lourenço, o cônego observou a existência de “um quarto” no qual se encontravam

*“algumas estátuas de santos que por sua estatura ninguém pode carregar; entre elas há uma estátua colossal de São Miguel, pisando aos pés o diabo representado por uma figura hedionda, formada por vários membros dos animais mais temidos dos homens. Essas imagens são guardadas com esmero por duas índias velhas e pobríssimas, únicas que ainda habitam o povo de São Lourenço”* (GAY, 1861, p. 497, apud BAPTISTA, 2009, p. 160).

Na medida em que a composição da população na região dos Sete Povos foi se alterando, distintas formas de relacionamento com o passado missioneiro e seus remanescentes foram se configurando. Ao longo do século XIX, paralelamente às iniciativas de alguns segmentos indígenas para a preservação das imagens sacras, por seu valor devocional, houve saques e comércio de esculturas e outros objetos sacros, além de atos de destruição. Segundo testemunho do já citado cônego Gay, nos vinte e quatro dias em que as tropas republicanas acamparam na igreja de São Borja, durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845), os seis retábulos do templo e diversas imagens foram “postos a machado” e “queimados para cozinhar para o batalhão” (GAY, 1861, p. 519, apud BAPTISTA, 2009, p. 161). Posteriormente, desenvolveu-se na região uma forma popular de catolicismo, marcada pelo culto aos santos. Muitas das imagens missioneiras foram recolhidas e preservadas em paróquias locais e em casas de devotos. O espaço do antigo



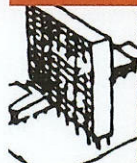


aldeamento de São Miguel Arcanjo foi, até pelo menos a década de 1950, lugar de reunião para práticas religiosas.

Do ponto de vista do IPHAN, a criação do Museu das Missões, em 1940, foi um marco, pois inspirou o surgimento de museus regionais no Brasil (MEIRA, 2007, p.83). Contudo, é importante observar que a ampliação do acervo, feita ao longo dos anos que se seguiram à inauguração do museu, mediante a retirada compulsória daquelas imagens que estavam abrigadas em paróquias e em casas de devotos da região, foi vista pela população como um sacrilégio. Conforme relatou Letícia Bauer (2006) o livro do museu registra, nos primeiros anos, a presença de devotos que se reuniam diante das imagens para rezar. Segundo Flávio Leonel Silveira (2011), a retirada das imagens dos contextos devocionais causou a sua desumanização e interferiu dramaticamente nas formas locais de catolicismo e de sociabilidade, contribuindo para o fim dos cultos, das peregrinações e das festas que se realizavam no dia do santo, as quais expressavam uma ligação da população local com o passado missioneiro.

*Paula*





# IPHAN

INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO  
NACIONAL



NAQUELA que foi a mais bela, a mais rica e a mais importante redução jesuítica das Sete Povos, a famosa Igreja de

São Miguel presenciará hoje a stupenda do "terço" rezado no mesmo cenário humilde dos tempos remotos das reduções.

## CHEGAI, PECADOR CONTRITO!

Na histórica redução jesuítica de São Miguel, RGS, gerações sucessivas transmitem oralmente a tradição de rezar a terça parte do rosário

Texto e Fotos de Carlos Galvão KREBS

O CHEGADO era esperado. O arcaico e aversado das ruínas de São Miguel, a trilha humilde da redução com quase trezentos anos, ante século e sua ao redor de uma sepultura, a quietude de um dia morto no plano das Sete Povos, e por cima de tudo um céu azul e transparente. A mesma redução de São Miguel, dando vida a milhares de São Miguel, para morrer de morte de Vazquez em 1764. A mesma redução que foi a cabeça das Sete Povos. Cabeça e seguimento, como uma única mil simas,

seus edifícios, oficinas, plantações, estâncias da redução, uma cidade, e principalmente sua Igreja majestosa. Igreja que São Bento Príncipe, irmão condutor da Companhia e arquiteto militar, havia projetado e seguido com a força de seu gênio e o esforço de braços e mãos. Ali se há a ruína da Igreja. É verdade que em ruína. Ruínas que ainda o passado poderia das reduções. Ruínas que nunca mais ruínas. Porque Lucas Meyerhofer, arquiteto e serviço da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Na-

cional, em "permanente" unida no Brasil, estabeleceu uma rotina e a terra vazante, desmontando e montando tudo, pedra por pedra. Desmonta anos depois da construção da Igreja, ali nos remanescentes. Não mais ruínas, catástrofes pelas reduções. São Miguel em processo, ainda de longo tempo do tempo, criando, como a lavagem. Mas ainda gente de terra, agricultura modesta. Ainda na mesma tradição católica, criando e re-criando coisas e coisas novas dos quais

15/9/951

REVISTA DO GLOBO

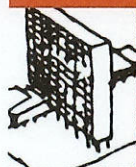
41

Matéria sobre a prática de rezar 'a terça parte do rosário' no sítio de São Miguel Arcanjo. Revista O Globo, de 15/09/1951

A ideia de que os santos estão 'presos' no museu permanece na memória popular da região e o seu uso como artefato representativo da formação da nação brasileira revela-se, aos olhos de muitos, como "a imagem da profanação" (SILVEIRA, 2011, p.141), com consequências para a relação estabelecida entre o IPHAN e a população local. Se no passado essa forma de agir era recorrente e parecia correta, hoje temos a obrigação de

*PMW*





refletir sobre os processos de patrimonialização de objetos, tendo por parâmetro o princípio do direito dos grupos sociais de participarem da definição do que deve ou não ser considerado patrimônio cultural e dos rumos que a política de preservação deve tomar, conforme está posto na Constituição Brasileira, em seu artigo 216. As instituições dedicadas à preservação do patrimônio cultural devem ser capazes de atingir uma compreensão refinada da dinâmica dos processos identitários e de constituição de memórias, sempre complexos, subjetivos e permeados por tensões e disputas. Devem, também, desenvolver a habilidade de negociação com os grupos sociais detentores dos bens culturais, que são, eles mesmos, grupos de interesse.

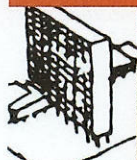
A primeira exposição do Museu das Missões continha textos do historiador Sérgio Buarque de Holanda mas, nos anos que se seguiram, a interpretação das Missões enquanto experiência histórica não foi compreendida como uma face importante do trabalho de preservação (BAUER, 2006).

A atual exposição, datada de 1984, prioriza o interesse estético e a classificação das peças como obras do 'barroco missioneiro', o que é uma abordagem possível, pois não resta dúvida sobre o valor artístico das imagens. Contudo, como observa Flávio Gil, no contexto religioso colonial, a importância de tais obras não estava tanto em seu valor estético, mas sim em sua eficácia como instrumentos de conversão, de modo que elas podem ser vistas como elementos de um discurso jesuíta dirigido aos nativos, na busca da conquista espiritual e da difusão de um modelo de civilização. (GIL, 2014, p.9).

Confeccionadas para compor conjuntos expositivos, havia “uma integração espacial que se refletia nas soluções formais de cada peça” (GIL, 2014, p.9), a qual se perdeu pois, no caso dos acervos brasileiros, não dispomos mais dos altares e retábulos em que muitas das imagens se inseriam. Mas, é possível, por meio de estudos dos acervos de outras reduções, preservados em sítios históricos e museus no Paraguai e na Argentina, bem como da análise dos conjuntos escultóricos e pictóricos de igrejas e de outras instituições jesuítas construídas na mesma época compreender, ao menos parcialmente, a linguagem das esculturas e a intencionalidade dos discursos de que faziam parte, pois nada era gratuito ou aleatório no projeto missional. A escolha dos nomes dos aldeamentos e dos santos que deveriam estar presentes nos espaços reducionais integrava, por as-

*font*





sim dizer, uma agenda política dos jesuítas, a qual foi, evidentemente, adaptada às situações concretas de catequese.

Outro aspecto a destacar é a identificação de ‘traços indígenas’ nas feições de algumas imagens, que são referidos, no museu, como ‘desvios estéticos’ e possíveis marcas de autoria, ou seja, a comprovação de que a imagem teria sido esculpida por indígenas. A historiografia e os estudos antropológicos das últimas décadas produziram importantes reflexões a respeito das disputas travadas entre os religiosos e os indígenas pelo poder de ‘dizer o sagrado’, destacando as mútuas apropriações e deslocamentos de conteúdos simbólicos, que iam muito além de adaptações estéticas. As imagens, esculpidas para o convencimento e a devoção, foram objeto de disputa cultural e, portanto, de ação política de ambas as partes<sup>25</sup>. Como observa Cristina Pompa, a linguagem religiosa pode ser vista como “terreno de mediação, onde cada cultura, a ocidental e a indígena, encontra o sentido da “diversidade” da outra.” (2001, p.177).

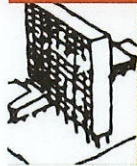
Outro importante recurso discursivo disponível no sítio de São Miguel Arcanjo é o espetáculo de som e luz, que foi elaborado na década de 1970, com apoio do governo do estado e atualmente é gerido pela prefeitura de São Miguel das Missões. Desse espetáculo, exibido todas as noites, emerge de forma dramática a imagem das Missões como uma utopia gentil, que foi abortada pela ganância das Coroas de Portugal e Espanha. Os conflitos seriam externos às reduções, retratadas como espaços de ordem e harmonia, conforme ideário difundido pelos textos jesuítas<sup>26</sup>, cujas descrições foram tomadas como expressão da verdade.

A visitação às ruínas se realiza, geralmente, com o apoio de guias turísticos, que são profissionais autônomos, responsáveis pela própria formação, ou de professores, que orientam os estudantes. Tudo está organizado de forma que a observação se concentre nas estruturas edificadas. Em coerência com a concepção modernista de que os espaços devem ser ‘limpos’, desprovidos de excessos, não há sinalização que indique ao visitante o que não está aparente, como as casas dos indígenas – ruínas invisíveis, marcadas

<sup>25</sup> A respeito das disputas referidas ver BAPTISTA (2009), FAUSTO (2005), KOK (2008), LITAIFF (2009) e MONTEIRO (2007).

<sup>26</sup> A identificação do sistema missional como a nova ‘terra da promessa’ está presente, por exemplo, em *Viagens às Missões Jesuíticas e Trabalhos apostólicos, do padre Antônio Sepp, editado em 1710.*





por pequenas alterações no solo, imperceptíveis ao olhar do leigo - ou o que está apenas sugerido, como o desenho da praça do antigo aldeamento, em cujo vértice foi assentado o Museu das Missões. A visão de que as ruínas ‘falam por si mesmas’ – sendo, portanto, desnecessário ‘onerar’ os visitantes com informações – era, em 2004, amplamente aceita pelos técnicos da Superintendência do IPHAN e do Escritório Técnico das Missões. Nas palavras de Jacques Leenhardt, é “como se a ‘coerência arquitetural’ [das estruturas visíveis] bastasse para revelar todo o projeto missioneiro” (LEENHARDT, 2007, p. 26).

Em 2004, quando o projeto de requalificação do Museu das Missões teve início, não havia, e continua não havendo, referência ao fato de que a antiga redução contava com um conjunto de estruturas das quais se tirava o sustento da população reduzida, como currais, barreiros, pomares nativos, pedreiras, portos, capelas, olarias, fontes de água, ervais, entre outros. O visitante não tem a informação, por exemplo, de que o sítio que hoje visita não corresponde exatamente ao antigo aldeamento e é o resultado do trabalho de preservação, que envolveu ações de conservação de certas estruturas e de remoção de outras, como o cemitério. Portanto, ele não está diante de uma redução do século XVII, mas sim de um espaço transformado, que contém remanescentes daquele aldeamento.



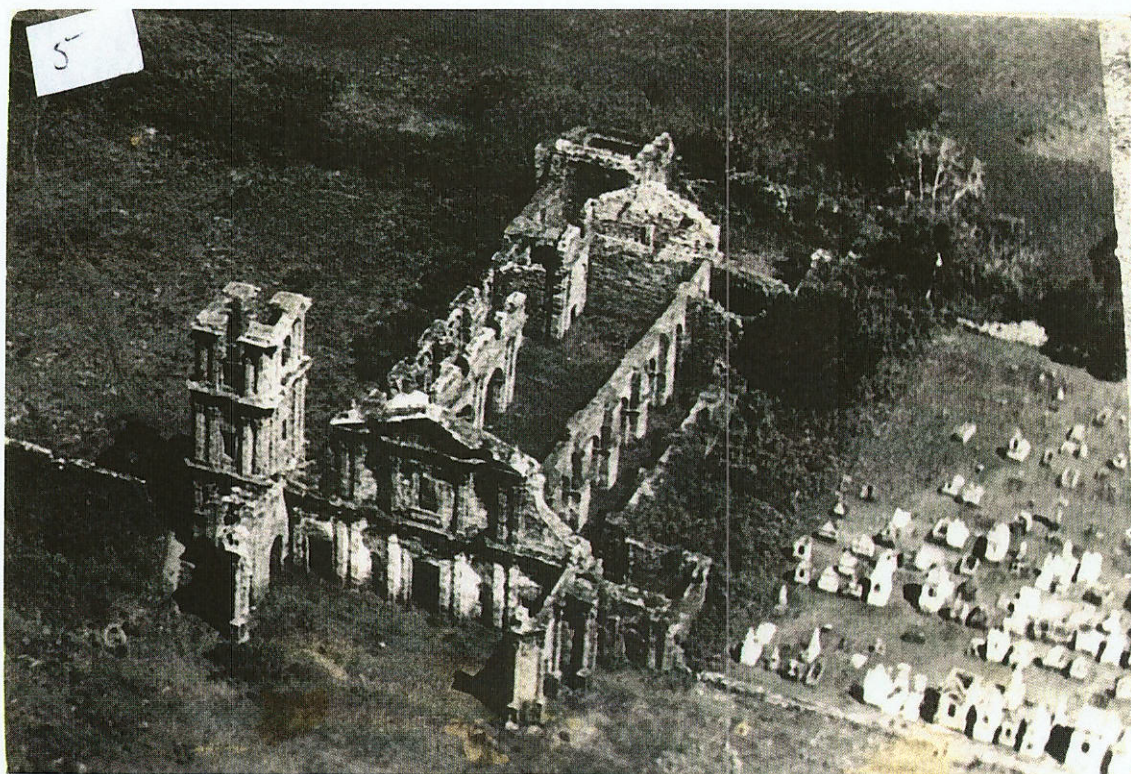


Imagem aérea da igreja de São Miguel Arcanjo, com o cemitério ao lado.  
M. Simon, s/d. Arquivo Noronha Santos/IPHAN

*Amk*





AO LADO da catedral, o cemitério de São Miguel. Com anos de  
pois de abandonada a redução, famílias das redondezas resgatarem

utilidade. Hoje, o cemitério está novamente abandonado, mas ain-  
da restam alguns túmulos do tempo da grande colonização.

13/9/947

REVISTA DO GLOBO

CONT. NA PAG. SEG.

25

Revista O Globo, edição de 13/09/1947. Vista do cemitério do sítio de São Miguel das Missões.

Como bem observa Mario Chagas (2005), “preservar testemunhos materiais não é sinônimo de preservar memória. A memória não está aprisionada nas coisas (...) ela situa-se na relação entre o sujeito e o objeto de memorização. Ela também não é o passado projetado de modo fiel ou fidedigno no presente.” Do mesmo modo, expor teste-

**Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul**

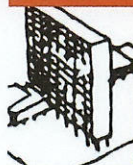
Av. Independência, 867 - CEP 90035-076 - Porto Alegre / RS

Fones/Fax: 51 3311.1188 - 51 3311.9351 - 51 3311.3853 - 51 3311.7722

iphan-rs@iphan.gov.br | www.iphan.gov.br

*BM*





munhos materiais de uma experiência do passado não é o mesmo que contar história. Os testemunhos são suportes dos quais podemos nos valer para comunicar uma interpretação, eles não são a interpretação.

Nesse sentido, é interessante lembrar a advertência feita pelo filósofo José Américo Motta Pessanha (1984) ao analisar o processo de musealização e exposição de objetos musealizados, ou seja, objetos retirados de seu contexto de produção e uso. Para ele, o museu - enquanto instituição que interpreta uma realidade e formula discursos a partir de conjuntos ou sistemas de objetos - enfrenta um grande risco: o de tomar seu discurso como único, naturalizando-o, e tratar seu acervo, ou os objetos de seu acervo, como obras acabadas, omitindo do público a dimensão processual que é inerente a todo produto da ação humana. Para ele, os objetos ou conjuntos de objetos que o museu utiliza para enunciar o seu discurso devem servir ao que chama de “historicidade viva e múltipla”, devendo ser vistos como **testemunhos de processos** (grifo nosso).

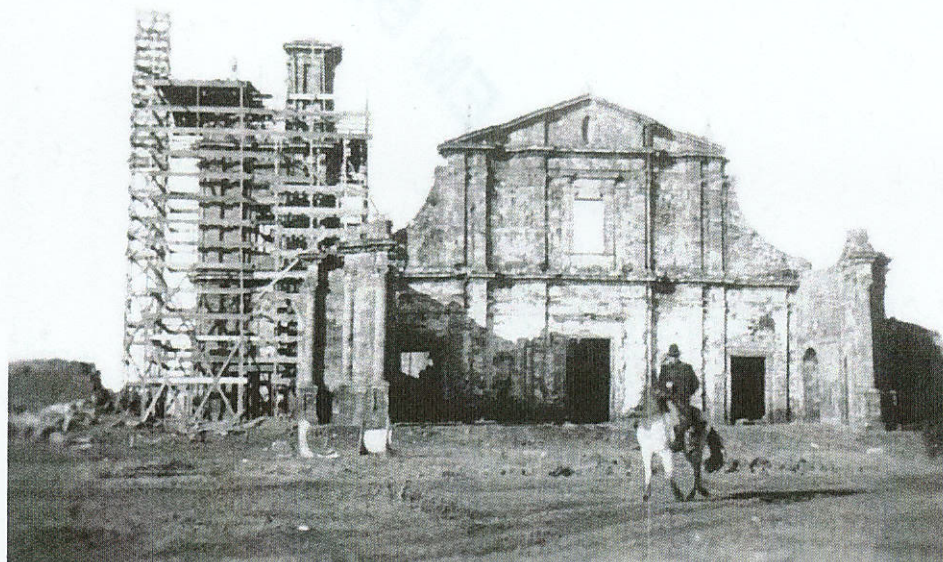


Foto obra de consolidação da torre da igreja de São Miguel Arcanjo. Arquivo Noronha Santos/IPHAN

**Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul**

Av. Independência, 867 - CEP 90035-076 - Porto Alegre / RS

Fones/Fax: 51 3311.1188 - 51 3311.9351 - 51 3311.3853 - 51 3311.7722

iphan-rs@iphan.gov.br | www.iphan.gov.br



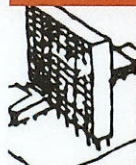


Imagem do sítio de São Miguel das Missões, 2005. Foto Daniele Pires/Acervo IPHAN-RS.

Por analogia, podemos pensar o sítio como um espaço expositivo, onde um discurso é pronunciado, comunicando uma interpretação a um público.

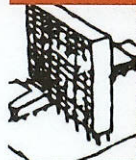
Nos demais sítios, tombados em 1970,<sup>27</sup> o tratamento seguiu a mesma lógica adotada em São Miguel Arcanjo, embora haja menos estruturas edificadas aparentes. Ainda que tenham sido inscritos no Livro do Tombo Histórico, há pouca informação sobre a história de que fizeram parte.

Em 2001 e 2002, a equipe técnica da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul passou a contar com historiadores, que produziram uma crítica ao modelo interpretativo vigente nos sítios missioneiros, partindo da compreensão de que a excelên-

<sup>27</sup> Sítios de São Lourenço Mártir, em município homônimo, São João Batista, em Entre-Ijuís e São Nicolau, em município de mesmo nome, todos no Rio Grande do Sul. Sobre os três outros aldeamentos que formavam os chamados Sete Povos das Missões – São Borja, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo – surgiram cidades.

*Handwritten signature or initials in blue ink.*





cia do trabalho de conservação dos remanescentes físicos dos antigos aldeamentos alcançada pelo IPHAN contrastava com a defasagem tanto das informações divulgadas, quanto da abordagem adotada. Essa foi a base para a elaboração do Projeto de Requalificação do sítio de São Miguel Arcanjo<sup>28</sup>.

Formalmente iniciado em 2004, o projeto propunha a atualização do discurso institucional, buscando formas de contar a história das Missões (e não apenas das estruturas edificadas preservadas pelo tombamento) e reconhecendo o protagonismo indígena, à luz do conhecimento produzido, nas últimas três décadas, nos campos da História, da Etno-História e da Antropologia. Propunha a realização de um programa de ação educativa com os professores e a aplicação de pesquisa de público. Propunha, também, uma aproximação com os *Guarani* contemporâneos, pois sua presença diária no sítio poderia portar sentidos que o IPHAN deveria conhecer.

Suas linhas de ação eram: a realização de pesquisa histórica, a atualização da exposição do Museu das Missões<sup>29</sup> e a elaboração de um Inventário Cultural com os *Guarani*.

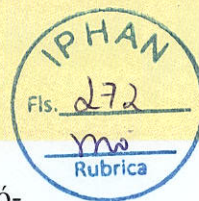
Em relação ao museu havia a preocupação de melhorar as condições de conservação do acervo<sup>30</sup> de imagens sacras de madeira, datadas dos séculos XVII e XVIII, que se encontrava integralmente exposto. Ações como a aquisição de equipamentos para monitoramento de umidade e temperatura nos ambientes de exposição e a criação de uma reserva técnica se faziam necessárias. Além disso, o projeto contemplava a renovação da exposição, que havia sido organizada em 1984, reorganizando-a em três núcleos: a Casa do Zelador, o Pavilhão Lucio Costa e a antiga sacristia do aldeamento. Destes,

<sup>28</sup> A equipe executora do Projeto de Requalificação foi composta, inicialmente, por Beatriz Muniz Freire e Leticia Bauer. A partir de meados de 2005, foi acrescida dos técnicos Claudia Storino, Márcio Rangel, Mário Chagas e Vladimir Stelo.

<sup>29</sup> Para uma descrição do projeto de requalificação do Museu das Missões, vide texto de Leticia Bauer (2007) citado na bibliografia deste Parecer.

<sup>30</sup> As ações necessárias foram indicadas por diagnóstico realizado pela museóloga Elsa Osório e pelo restaurador Ariston José Correia Filho.





apenas o primeiro núcleo foi realizado<sup>31</sup>, compondo-se de duas salas, dedicadas à História e à Memória.

Em relação aos *Guarani*, o primeiro passo havia sido dado em julho de 2003, quando a Superintendência do IPHAN-RS convidou a antropóloga Ana Gita de Oliveira, que trabalhava na Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura, para visitar São Miguel Arcanjo e orientar a equipe do projeto de requalificação. Na ocasião, não havia antropólogos no IPHAN e o Departamento de Patrimônio Imaterial só seria criado no ano seguinte (a instituição ainda estava se reorganizando para executar a recém criada política de salvaguarda do patrimônio imaterial, instituída pelo Decreto nº 3.551, em 2000). Partiu dela a sugestão de realização de um Inventário Cultural (INRC)<sup>32</sup> junto aos *Guarani*, o que permitiria ao IPHAN estabelecer um diálogo mais estreito com a comunidade da *tekoá Koenju (Aldeia Alvorecer)* e conhecer as referências culturais *guarani*, com a participação dos indígenas no trabalho de documentação, conforme indicado na metodologia do INRC.

Outra importante iniciativa foi a produção de pesquisa histórica realizada por Jean Baptista, buscando identificar a participação dos indígenas no processo de constituição do sistema das Missões Jesuíticas dos *Guarani*. Esse trabalho resultou num Dossiê<sup>33</sup> que deu suporte ao projeto de requalificação do Museu das Missões.

## 1.2 – O Inventário Nacional de Referências Culturais e as “primeiras” referências à *Tava* em São Miguel Arcanjo

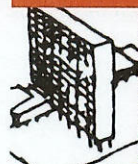
Para execução do *Inventário Cultural* o IPHAN-RS contratou o antropólogo José Otávio Catafesto de Souza, que já tinha experiência de atuação junto aos *Guarani-Mbyá*. Ele organizou sua equipe com estudantes da Universidade Federal do Rio Grande

<sup>31</sup> O projeto foi interrompido pela presidência do IPHAN em meio a embates que antecederam a criação do Instituto Brasileiro de Museus, ao qual o Museu das Missões passou a ser vinculado, enquanto o sítio de São Miguel Arcanjo permaneceu na esfera do IPHAN.

<sup>32</sup> O Inventário Nacional de Referências Culturais é uma metodologia de documentação cultural desenvolvida pelo IPHAN.

<sup>33</sup> Posteriormente publicado pelo IBRAM, em três volumes: O Temporal, O Eterno e As Ruínas. Vide bibliografia.





do Sul<sup>34</sup>. O trabalho teve início no segundo semestre de 2004, com a realização de reuniões na *tekoá Koenju* para expor aos *Guarani* os propósitos do Inventário Cultural e obter sua anuência, sem a qual a metodologia do INRC não pode ser aplicada.

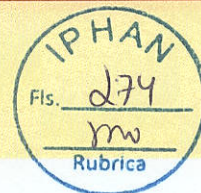
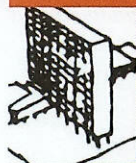
Segundo entendimento do antropólogo, a concordância dos *Guarani* foi facilmente obtida porque a proposta de documentação cultural ia ao encontro de um movimento que eles já vinham fazendo, no sentido de divulgarem algumas de suas práticas e certos aspectos de sua cultura, como forma de conquistar a simpatia e o apoio dos *juruá* (não-indígenas) para o enfrentamento de seus problemas. Tal 'abertura' era uma novidade, pois até recentemente os *Guarani* mantinham uma postura extremamente reservada diante do Estado e da sociedade envolvente.

As questões que mobilizavam o IPHAN-RS naquela ocasião diziam respeito não somente aos sentidos da presença dos *Guarani* no sítio de São Miguel Arcanjo, mas ao desejo de conhecer sua visão sobre os bens culturais preservados. Era evidente que os conceitos de patrimônio e de patrimônio imaterial com que o IPHAN opera na faziam parte do universo cultural *Guarani* e que os termos empregados no Inventário teriam que ser 'traduzidos'. Mas, haveria uma outra noção de patrimônio, uma 'noção nativa' que expressasse conteúdos próprios do sistema de pensamento *Guarani-Mbyá*? Quais seriam os seus contornos semânticos? Seria possível transitar com a categoria patrimônio e empregá-la para entender um contexto cultural tão distinto, como propõe José Reginaldo Gonçalves? Para ele, a ideia de patrimônio é milenar e, em suas várias representações, confunde-se com diversas formas de autoconsciência cultural (2003, p.29).

O INRC começou pela documentação das atividades realizadas pelos *Guarani-Mbyá* no sítio de São Miguel Arcanjo e logo enfrentou um primeiro desafio: a definição do 'sítio da pesquisa' e, portanto, de sua abrangência. Como delimitar um sítio, um recorte espacial que expressasse o 'espaço' em que os *Guarani-Mbyá* vivenciam seu modo de ser/estar no mundo, se estávamos falando de um povo que circula por um extenso

<sup>34</sup> A equipe era formada pelos estudantes Adrian Campana, Carlos Eduardo de Moraes, Cristian Pio Ávila, Daniele Pires, Monica Arnt, e, em distintas fases, pelos *Guarani* Ariel Ortega, Floriano Romeu, José Cirilo Morinico e Mariano Aguirre, sob coordenação do antropólogo José Otávio Catafesto de Souza.





território, atravessado pelas fronteiras de três países: Paraguai, Argentina e Brasil? Que 'sítio de pesquisa' seria representativo? A solução encontrada pela equipe de pesquisadores foi considerar os próprios *Guarani-Mbyá* como 'sítio', de modo a enfatizar a importância que o trânsito desempenha na preservação de sua ampla rede étnica.

O título do Inventário foi definido como: *Inventário Nacional de Referências Culturais Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*. A documentação estendeu-se do sítio de São Miguel Arcanjo e da *tekoá Koenju (Aldeia Alvorecer)*, no município de São Miguel das Missões, para mais três aldeias/comunidades *Mbyá*: a *tekoá Porã (Aldeia Bela)*, em Salto Grande do Jacuí, a *tekoá Yryapu (Aldeia Murmúrio do Mar)*, em Palmares do Sul e a *tekoá Anhetengúá (Aldeia Verdadeira)*, em Porto Alegre. A escolha dessas aldeias foi feita pelos pesquisadores, seguindo critérios de parentesco entre os *Guarani* diretamente envolvidos na pesquisa e das relações mantidas entre as comunidades. Foi o recorte possível, considerando os recursos disponíveis e o tempo de trabalho, entre outros fatores, mas que se mostrou interessante por possibilitar a documentação de diferentes situações vivenciadas pelos *Guarani*, numa área de cerca de 500 km de extensão. A *tekoá Koenju* é uma aldeia próxima ao sítio de São Miguel Arcanjo; a *tekoá Porã* está situada em área de mata, mas distante apenas 3 km da capital do município, e é muito visitada por não-indígenas; a *tekoá Yryapu* situa-se na fronteira leste do território tradicional *Guarani*, em área de pequena mata, entre a Laguna dos Patos e Para Guaçu (o Oceano Atlântico), às margens da Lagoa da Lavagem e ao lado da Lagoa da Porteira; e, por fim, a *tekoá Anhetengúá* é uma aldeia de apenas 10 hectares, situada num bairro da periferia de Porto Alegre, portanto em contexto urbano. (INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo, Fichas de Localidade, F11/2, 4, 5 e 6). Para que fique claro do que estamos falando, o tempo de viagem entre Porto Alegre e São Miguel das Missões é de cerca de sete horas, de carro.

Ao longo da realização do Inventário, diversos problemas de ordem administrativa tiveram que ser superados, para que o trabalho seguisse seu rumo. Eram, em geral, problemas decorrentes da novidade que a implantação da política de salvaguarda trazia para o IPHAN. Por exemplo, para a primeira inclusão de um *Guarani* na equipe de pesquisa, conforme indicado pela metodologia do INRC, foi necessário caracterizar sua

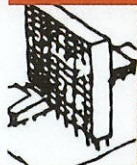




participação como serviço de tradução. Auxiliado pelos pesquisadores, ele elaborou uma ‘proposta de serviço’, com duas versões, uma em português e outra em *Guarani-Mbyá*, à qual anexamos uma tabela do sindicato dos tradutores-intérpretes para comprovar que o valor da remuneração a ser paga pelo serviço estava dentro de parâmetros operados no mercado de trabalho. Na maioria dos casos, a superação desses problemas ficou a cargo da coordenação técnica do Inventário, feita por servidores do Núcleo de Patrimônio Imaterial da Superintendência do IPHAN-RS (SE-RS). Algumas situações, no entanto, se mostraram incontornáveis, como o contingenciamento de recursos destinados pelo MinC ao IPHAN, que causou uma suspensão, por oito meses, do trabalho de documentação.

O Inventário identificou localidades, práticas e saberes que integram o *nhande rekó* (o bom modo de viver) *Guarani*, alguns dos quais não cumprem mais a função que tiveram no passado, como é o caso dos saberes relacionados à caça e à coleta de frutos e insumos silvestres, atividades que algumas comunidades têm dificuldade em praticar cotidianamente, em razão do acesso limitado ou de nenhum acesso às áreas de mata e à terra. Identificou localidades como o sítio de São Miguel Arcanjo, a Fonte Missioneira, os remanescentes das matas de São Lourenço, do Caaró e da Esquina Ezequiel, dentre outros; celebrações como o *Nhemongaraí* (cerimônia de nomeação de meninos e meninas) e formas de expressão como o canto coral *jerojy* e a dança do *Tangará*, dentre outras. Várias dessas práticas poderiam ser classificadas em outras categorias propostas na metodologia do INRC, como é o caso do *Nhemongaraí*, que além de ser uma celebração congrega um conjunto de saberes acionados para sua preparação e só pode ser executada se atendidas certas condições, como a existência de uma *opy* (casa de reza) na aldeia, a presença de um *karaí* ou de uma *kunhã-karaí* (lideranças espirituais), a disponibilidade de uma espécie específica de milho (*avati etei*) que deve ser plantado com meses de antecedência, e de um vegetal, o guembé, que deve ser coletado no alto das árvores. Somente quando atendidas essas exigências é que as crianças que já começaram a andar e a falar poderão passar pelo ritual e receber o *ñe'ê* (alma-palavra ou nome-alma), enviado por uma ‘divindade’, ao qual estará associado o temperamento da criança e, de certa forma, sua função social, além de sua proteção contra doenças e outros problemas.





Trata-se de um ritual complexo que, a exemplo de outras manifestações, articula sentidos que são, simultaneamente, de natureza religiosa, política, moral, psicológica, ecológica etc. (*INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, Ficha de Identificação-Celebrações, F20/1). As categorizações do Inventário foram debatidas com os *Guarani*, num esforço de ‘tradução’. Ao longo do trabalho eles se apropriaram de conceitos do campo do patrimônio cultural com os quais o IPHAN opera e definiram parâmetros para o reconhecimento de suas referências culturais.

A atribuição de sentidos especiais à *Tava* em São Miguel Arcanjo, mencionada no INRC, tem relação com a trajetória histórica do povo *Guarani-Mbyá* e com sua cosmologia, expressa em narrativas que afirmam que os antigos *Guarani* já construíam moradias em pedra antes da chegada dos conquistadores e que a construção das estruturas do antigo aldeamento de São Miguel Arcanjo foi realizada a pedido de *Nanhderu*, e não dos jesuítas. O termo *Tava*, no caso de São Miguel Arcanjo, designa o conjunto de remanescentes arqueológicos e arquitetônicos, postados num espaço que foi, no passado, uma ‘aldeia dos antigos’ (*INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, Ficha de Identificação-Edificações, F30/1).

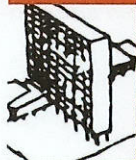
Como se verá adiante, neste Parecer, há diversas *tavas*, mas a que está em São Miguel Arcanjo tem uma condição diferenciada.

O Inventário demonstrou que a presença *Guarani* na região missioneira e nas imediações da *Tava* se manteve ao longo dos anos, ainda que invisível aos olhos dos não-indígenas. A documentação do período colonial faz referência às rotas de trânsito *Guarani*<sup>35</sup> por um extenso território, que incluía a região das Missões Jesuíticas. Segundo Litaiff, “antigas rotas pré-coloniais, como o *Peabiru* ou *Tapepuku*, marcam ainda hoje o território histórico guarani.” (2009, p.145)

No século XX, na década de 1940, havia uma aldeia *Guarani* no interior da mata São Lourenço, em São Miguel das Missões. Nos anos 1970, duas famílias *Guarani* permaneceram, por longo tempo, acampadas em frente à atual guarita de acesso ao sítio

<sup>35</sup> Litaiff (1999, p.384) menciona que, no século XVI, grupos *Guarani* mantinham um sistema de rotas que ligava as aldeias e que percorria as regiões do Brasil meridional, do Paraguai, do norte da Argentina, da Bolívia oriental e do Uruguai. Glória Kok refere que as ‘santidades indígenas’ visitavam reduções.





de São Miguel Arcanjo. Muitos são os indivíduos e famílias *Guarani* que em suas caminhadas passaram pela *Tava*, como é o caso da *kunhã-karaí* Marciana, que hoje reside na Aldeia *Araponga*, em *Paraty*, no Rio de Janeiro. De sua passagem por São Miguel Arcanjo, ela guarda um pequeno quadro, com a imagem das ruínas da igreja, que fica pendurado na casa de reza de sua aldeia. Conforme depoimento de Vincent Carelli<sup>36</sup>:

*“A foto da Tava estava dependurada na Opy da aldeia. No dia da nossa saída, rolou um último papo, no pátio da aldeia, sobre a Tava e a Kunhã Karaí Marciana. Para Miri, foi pegar a foto e botou na conversa. A foto tem uma etiqueta escrita: 7,00, indicando o preço pelo qual eles compraram o quadrinho, passando por São Miguel, quando seus filhos eram pequenos (deve ser uns 20 anos)”.*

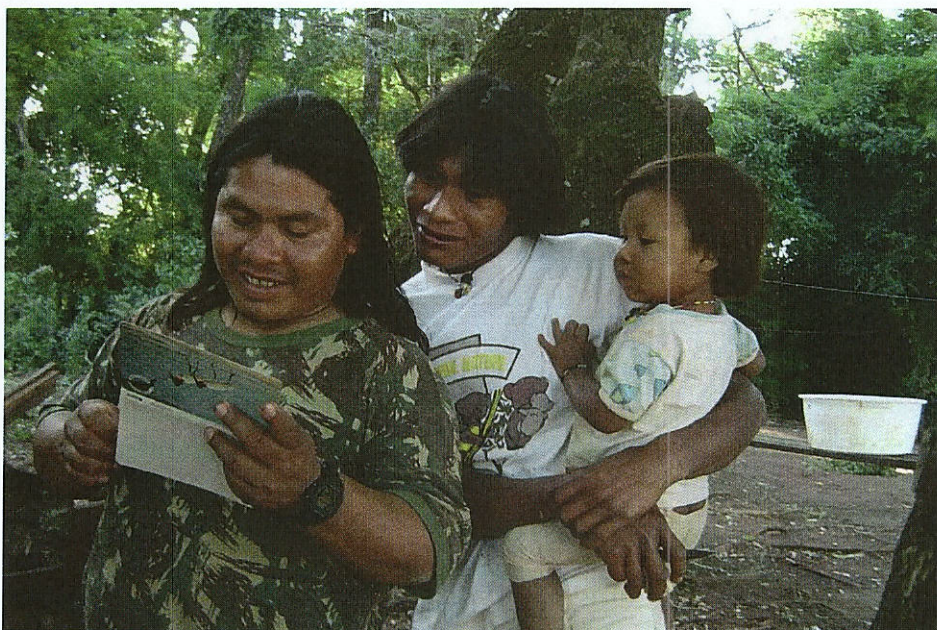
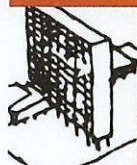
Uma prática importante na elaboração do INRC é o debate com os detentores dos bens culturais sobre os conteúdos documentados. Para isso, foram realizadas reuniões da equipe de pesquisadores com as comunidades envolvidas.



Reunião na *tekoá Koenju*, 2006. Foto de Daniele Pires/Acervo IPHAN-RS.

<sup>36</sup> Por ocasião das filmagens do documentário *Tava, a Casa de Pedra*, realizadas em 2009.





Reunião na *tekoá Koenju*, 2006. Foto de Daniele Pires/Acervo IPHAN-RS.

Mas, em 2006, com um ano e meio de trabalho transcorrido, os *Guarani* solicitaram a realização de uma reunião maior, com a presença de parentes de outras comunidades. A SE-RS e a equipe de pesquisadores organizaram o *I Encontro Patrimônio Cultural e Povos Indígenas*, realizado em dezembro de 2006, em São Miguel das Missões, que reuniu cerca de 220 *Guarani* de diversas aldeias localizadas no RS e participantes vindos de comunidades situadas em Missiones, na Argentina.

Também compareceram ao Encontro técnicos do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do MinC, do Ministério Público Federal e da FUNAI. A Associação Cultural *Nhe'e Porã*, representada por Marcos *Tupã*, compareceu a nosso convite, a fim de apresentar o programa de atendimento aos visitantes praticado na *tekoá Krurutu* (SP), pois havia demandas nesse sentido da parte de comunidades que participavam do INRC.

O Encontro foi composto de dois dias para realização de reuniões internas dos *Guarani*, que ocorreram no sítio de São Miguel Arcanjo, e mais dois dias destinados à reunião geral, com todos os participantes, realizada nas dependências do Centro de Tradições Nativistas (CTN), escolhido por ser um local destacado de sociabilidade para os

**Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul**

Av. Independência, 867 - CEP 90035-076 - Porto Alegre / RS

Fones/Fax: 51 3311.1188 - 51 3311.9351 - 51 3311.3853 - 51 3311.7722

iphan-rs@iphan.gov.br | www.iphan.gov.br

*Handwritten signature or mark.*





moradores de São Miguel das Missões, ao qual os *Guarani* não costumavam comparecer.

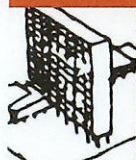
Durante o Encontro vários assuntos do interesse dos *Guarani* foram tratados em reuniões internas de jovens, reuniões de mulheres e reuniões de lideranças, e a posse de um novo cacique para a *tekoá Koenju* foi definida e realizada. Na reunião geral, o IPHAN fez uma apresentação sobre a política de salvaguarda do patrimônio imaterial e os *Guarani*, por meio de diversas 'falas', afirmaram que o 'reforço cultural' proposto pelo IPHAN deveria ser dirigido à preservação do *nhande rekó*, seu modo de vida tradicional, e não apenas à continuidade de 'bens culturais' isolados. Juntamente com a equipe de pesquisadores, apresentaram três parâmetros que deveriam orientar a identificação de suas referências culturais: a 'territorialidade livre', a 'natureza livre' e o 'respeito à dimensão do segredo'.

Por 'territorialidade livre' entende-se o reconhecimento, por parte da sociedade nacional, da importância que os *Guarani-Mbyá* atribuem ao trânsito pelo seu território tradicional. Além de referido em documentação histórica, o trânsito *Guarani* também é mencionado em etnografias<sup>37</sup> realizadas há décadas, comprovando sua continuidade no tempo, ainda que os sentidos possam ter se alterado parcialmente.

O trânsito *Guarani* articula passado e presente, pois sua prática é relacionada à caminhada dos antigos, os que se encantaram e atingiram a condição de *aguidje* (impe-recibilidade), almejada por todos. Segundo Maria Inês Ladeira, os *Guarani-Mbyá* continuam percorrendo seu território de origem, a fim de se estabelecerem nos mesmos *amba*, ou seja, lugares ou espaços criados e deixados pelas divindades para serem ocupados pelos *Guarani*. Estes *amba* estão localizados nos mesmos limites geográficos observados pelos cronistas durante a conquista (LADEIRA, 1992, p. 58).

<sup>37</sup> Segundo Cadogan, os *Guarani* se definem como *tapédja*, isto é, como "um povo que está em movimento" (apud Litaiff, 1999, p. 127). Hoje, dispersos por uma vasta área, que compreende Paraguai, Argentina e Brasil, os *Guarani-Mbyá* tomam os *tape rupa reko achy* (caminhos de peregrinação terrena) e transitam por toda essa região, à qual diversas aldeias e acampamentos temporários são interligados.





Ao percorrerem seu território tradicional, os *Mbyá* repetem a caminhada feita por personagens encantados, como o *kesuíta*<sup>38</sup> e *Kuaray Ru Ete*, o sol, que deixaram sinais para orientar os *Guarani* de hoje. Referências nesse sentido são encontradas tanto na literatura histórica, em texto de Montoya, quanto na antropológica, em trabalhos de Alfred Métraux e Helene Clastres, dentre outros. Topônimos e estruturas em pedra são alguns desses sinais. Além disso, o *kesuíta* ainda hoje é “visto” percorrendo os caminhos, mostrando por onde os *Guarani* devem ir.

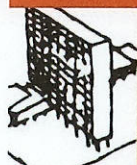
É também por meio do trânsito que são reforçados os laços de parentesco, mantendo viva a rede étnica que se estende por um vasto território, e no interior da qual se efetiva a sociabilidade *Guarani-Mbyá* e se realizam os rituais voltados para a construção da pessoa *Mbyá*, conforme explicado no *Dossiê de Registro da Tava em São Miguel Arcanjo*. Esse trânsito sofre limitações pela existência de fronteiras nacionais e, tem servido como argumento para a contestação da demarcação de terras para o povo *Guarani*, acusado de ser nômade, de não se fixar em lugar algum. Aqui, cabe uma reflexão.

Como observa Denise Maldí, ‘territorialidade’ e ‘fronteira’ são categorias culturais, cuja definição difere de uma sociedade para outra. No contexto colonial, o projeto jesuíta de conquista das almas baseou-se na sedentarização dos *Guarani* e de outros povos indígenas, porque a sedentarização era e ainda é entendida como condição para a civilização. É significativo o uso do termo ‘redução’ para designar os aldeamentos missionais: refere-se a reduzir espaços e a reconfigurar as coletividades indígenas (MALDI, 1996). Esse objetivo não foi plenamente atingido, pois há relatos de jesuítas reclamando da mobilidade dos *Guarani*, da inconstância daqueles que simplesmente retornavam às matas ou dos que seguiam os *xamãs* (líderes espirituais) em movimentos messiânicos que pregavam o retorno à vida tradicional, conhecidos como ‘santidades indígenas’, conforme citado por Montoya (KOK, 2008, p.8).

Após a constituição do Estado nacional, a política indigenista, em diferentes ocasiões, também buscou a sedentarização, sem sucesso, no caso dos *Guarani-Mbyá*, que

<sup>38</sup> Segundo LITAIFF (2009, p.144) o *kesuíta* é “um personagem fronteiro, entre o mítico e o histórico, um ser encantado com o qual os *Guarani* contemporâneos associam os antigos jesuítas das Missões, que teriam ligação com *Kuaray Ru Ete*, o sol. O *Kesuíta* é um *Nhanderu Mirim*, um ser humano que por suas qualidades morais e religiosas conseguiu elevar-se, ainda vivo, à Terra Sagrada.





continuam a realizar caminhadas, ora por motivação espiritual, ora por razões práticas. Se para a sociedade envolvente a migração tem sentido de desagregação, para os *Guarani-Mbyá* ocorre o inverso: caminhar entre as aldeias para visitar parentes, repetir os passos dos antigos e fundar novas *tekoá* é um ato de exercício e de reforço de sua identidade. As *tekoá* são como os nós que mantêm a força da rede. Precisam existir, mas sua população muda ao sabor das migrações de indivíduos e de famílias.

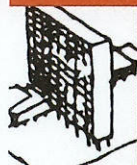
A noção de ‘natureza livre’, contém a reivindicação de acesso aos recursos naturais que os *Guarani* consideram essenciais à reprodução de seu modo de vida (alimentos como o mel, frutos e sementes silvestres, animais, cipós e madeiras para a construção de suas casas e objetos de todo tipo, dentre outros). Este modo de vida se mantém por meio de práticas de manejo das matas, orientadas pela concepção de que os animais e os vegetais têm ‘donos espirituais’, com os quais os *Guarani* mantêm uma relação cercada de cuidados, não devendo caçar nem coletar em excesso. As matas são os locais preferenciais para a formação de aldeias. Conforme narrativas mitológicas, quando *Nhanderu Tenondeguá* (demiurgo) fez essa terra, destinou as matas aos *Guarani* e os campos aos *juruá*, os não-indígenas. Por não se contentarem com seu quinhão, os *juruá* “avançam sobre os lugares em que os *Guarani*, desde tempos imemoriais, vivem a seu modo.” (GOBBI, 2009, p.173)

Como restaram poucas áreas de mata nativa, sobretudo da mata atlântica, da qual são grandes conhecedores, os *Guarani* reivindicam o livre acesso, para retirar aquilo que é silvestre, aquilo que foi colocado por *Nhanderu* para o povo *Guarani*. Na região missioneira, as matas São Lourenço<sup>39</sup>, do Caaró e da Esquina Ezequiel são áreas de especial interesse para eles.

Por ‘respeito à dimensão do segredo’ entende-se a compreensão, por parte da sociedade envolvente, de que há aspectos da cultura dos *Guarani-Mbyá* que só a eles pertencem e que não devem ser documentados. Somente a eles cabe definir o que deve ser divulgado e o que deve permanecer como segredo.

<sup>39</sup> Mata nativa com cerca de 1.000 hectares, localizada no município de São Miguel das Missões. Entre 1940 e 1970, abrigou uma aldeia *Guarani-Mbyá*.





IPHAN

INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO  
NACIONAL

Além da enunciação dos parâmetros, houve diversas ‘falas’ afirmando que o trabalho com os *Guarani* deveria ser ‘com todos’ e que o IPHAN, por estar no Ministério da Cultura, deveria conversar com as autoridades da Argentina e do Paraguai, porque nesses países o acesso dos *Guarani* aos sítios missioneiros é limitado, não se permitindo a venda de artesanato e o livre trânsito, embora haja indígenas trabalhando como guias.

Os parâmetros deixam claro que a continuidade do modo de vida tradicional está diretamente ligada à preservação e acesso às matas e à terra, bem como o direito de escolher até onde os não-indígenas podem conhecer o universo cultural *Guarani*.

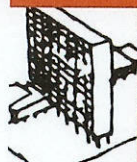
Em resposta à necessidade de ampliar o trabalho com os *Mbyá*, abrangendo comunidades em todo o território por eles ocupado, o IPHAN elaborou o projeto *Valorização do Mundo Cultural Guarani*, apresentando-o em reuniões com o Centro Regional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (CRESPIAL)<sup>40</sup> como proposta de realização de um Inventário Cultural ampliado, no Brasil, e de projetos de documentação na Argentina e no Paraguai, usando a metodologia do INRC, se de interesse dos países.

Em setembro de 2007, este projeto foi debatido em reunião realizada em São Miguel das Missões, com representantes do CRESPIAL, a equipe de pesquisa do INRC em curso, lideranças *Guarani* e técnicos do IPHAN de todos os estados em que há presença *Guarani-Mbyá*. Foi nessa ocasião que os *Guarani* encaminharam ao IPHAN um pedido formal de Registro da *Tava* em São Miguel Arcanjo, com assinatura de uma liderança *Guarani* vinda do Paraguai e doze lideranças que representavam comunidades situadas em seis estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ e ES).

Em dezembro de 2007 realizou-se o II Encontro Patrimônio Cultural e Povos Indígenas, com a presença de cerca de 300 *Guarani*, de representantes do IBAMA, da FUNAI, da prefeitura de São Miguel das Missões, entre outros. Técnicos das Superintendências localizadas em estados com presença *Guarani-Mbyá* (SC, PR, SP, RJ e ES) compareceram acompanhados de uma liderança *Mbyá* de cada estado, algumas das

<sup>40</sup> O CRESPIAL é uma organização auspiciada pela Unesco, com sede Cuzco, no Peru, que tem por objetivo difundir e promover os princípios da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial entre os países latino-americanos. São países-membros: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Uruguai, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, México, Guatemala, Peru, Paraguai e Venezuela.





IPHAN

INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO  
NACIONAL

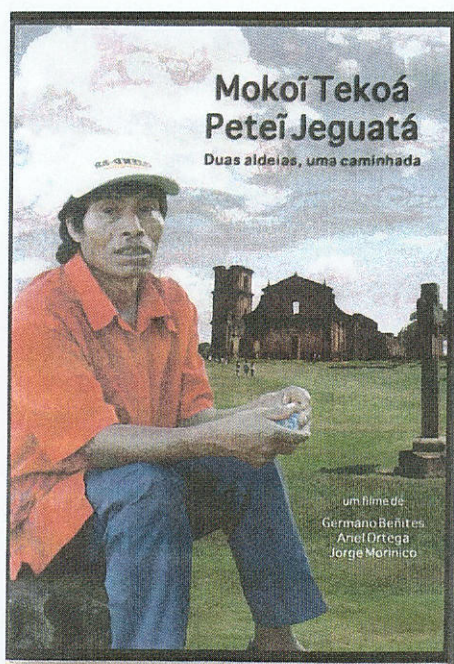
quais integrantes da recém criada *Comissão Guarani Yvy Rupa*<sup>41</sup>, que teriam importante participação na realização do projeto *Valorização do Mundo Cultural Guarani*. Nesse Encontro, a grande preocupação dos *Guarani* foi a reivindicação das matas remanescentes da região. Em seu documento final afirmam que a 'Tava Miri' São Miguel Arcanjo é um espaço sagrado dos ancestrais, assim como são todos os lugares onde os deuses criaram as condições necessárias para o sustento da vida e das tradições. Mas, por não possuir matas, perdeu a condição de lugar de moradia. A destruição sistemática de locais onde os *Guarani* poderiam 'recriar aldeias verdadeiras' é o argumento central da reivindicação das matas São Lourenço, do Caaró e da Esquina Ezequiel, encaminhada em carta dirigida à FUNAI.

No ano seguinte, durante execução da terceira fase do INRC *Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, jovens das *tekoá Koenju e Anhetenguá* demonstraram grande interesse em aprender a usar equipamentos como câmeras e filmadoras, um conhecimento que ampliaria sua participação no trabalho de documentação. Como uma ação de salvaguarda, o IPHAN contratou a Ong Vídeo nas Aldeias para a realização de oficinas de formação audiovisual<sup>42</sup>. Seis jovens foram capacitados e como conclusão de sua preparação elaboraram o filme *Mokoi Tekoa, Petei Jeguatá: Duas Aldeias, Uma Caminhada*.

<sup>41</sup> A Comissão Guarani Yvy Rupa (CGY) é uma organização fundada em novembro de 2006 e gerida por lideranças guarani de diversas aldeias de todo Sul e Sudeste do Brasil, com o intuito de articular nacionalmente a luta desse povo pela recuperação de seu território tradicional. Hoje a CGY é uma instância política reconhecida pelos órgãos que lidam diretamente com a questão indígena (MPF, MJ, FUNAI). Possui uma coordenação nacional e apoia-se nos modos próprios de organização política guarani, não sobrepujando a autoridade dos caciques e lideranças espirituais. (Centro de Trabalho Indigenista/www.trabalhoindigenista.org.br)

<sup>42</sup> As oficinas foram ministradas por Ernesto de Carvalho e Tiago Campos Torres sob coordenação de Vincent Carelli.





O filme, premiado no ForumDoc<sup>43</sup> de 2009, foi exibido e distribuído pelo IPHAN a todas as escolas públicas dos cinco municípios em que ocorreu o INRC: Cai-baté, Palmares do Sul, Porto Alegre, Salto Grande do Jacuí e São Miguel das Missões. A exibição foi antecedida de apresentações dos técnicos do IPHAN, do historiador Jean Baptista e de um dos autores do filme, Ariel Ortega, e seguida de debate com os professores e estudantes presentes. Foi visivelmente impactante para o público escolar assistir a um filme feito por jovens indígenas e poder conversar com um dos autores. Consideramos esse tipo de ação muito importante, pois a escola é um formador de opinião sobre os povos indígenas e, ainda hoje, e com raras exceções, reproduz um ideário datado sobre as Missões Jesuítas dos *Guarani*, conforme já comentamos neste Parecer. No mesmo ano, o filme seria exibido em festival de cinema indígena, realizado no Museu do Índio de Nova York, nos Estados Unidos.

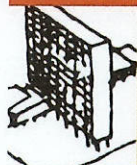
### 1.3 – O processo de Registro

A instrução do processo de Registro da *Tava* em São Miguel Arcanjo teve início com a realização de um estudo complementar, para aprofundar o entendimento dos sen-

<sup>43</sup> Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte.

*mw*





tidos atribuídos pelos *Guarani*. Executado pelo Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (IECAM), com a participação de membros da equipe de pesquisadores do INRC<sup>44</sup> então concluído, esse estudo prolongou-se por um ano e demonstrou que a *Tava* articula as experiências do presente ao tempo vivido pelos ‘primeiros *Mbyá*’, que construíram as edificações e deixaram marcas nas pedras. Conforme demonstrado no Dossiê de Registro, o sistema de pensamento *Mbyá*, reconhece a existência de uma continuidade entre a pessoa e aquilo que ela cria. Assim, os locais por onde passaram os ‘primeiros *Guarani*’ são reconhecíveis por meio de sinais que os *karai* percebem. No caso da *Tava* em São Miguel Arcanjo, os sinais estão visíveis para todos, inclusive para os não-indígenas.

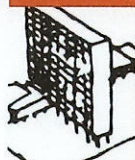
Por estar em ruínas, a *Tava* é um testemunho da condição de perecibilidade que caracteriza a vida terrena, uma vida de imperfeição. Ao mesmo tempo, indica que é possível alcançar a imperecibilidade, como aconteceu com aqueles que a construíram, os quais, segundo as narrativas *Mbyá*, não morreram, mas se encantaram e hoje vivem na morada dos imperecíveis. O fato de estar em ruínas tem, portanto, uma importância mitológica. As pedras sintetizam ideias de decadência e de eternidade, e ensinam aos *Guarani*, silenciosamente, através de suas marcas e formas. Por essa razão, eles afirmam, as ruínas não devem, jamais, ser reconstruídas.

A *Tava* é, também, uma expressão da trajetória dos *Guarani-Mbyá*, pois relaciona-se a um evento histórico – o advento das Missões Jesuíticas dos *Guarani* – do qual participaram seus parentes. Esse evento foi incorporado aos relatos *Mbyá* e reelaborado conforme a linguagem do mito, que afirma o protagonismo indígena nas experiências vividas. No documentário *Tava, a Casa de Pedra* há depoimentos que se referem aos jesuítas como ‘antigos *Mbyá*’, ou seja, eles também eram indígenas, porque os *juruá* (não-indígenas) não teriam capacidade de construir a *Tava*. Nas palavras de *Verá Mirim* (Augusto Benitez), de 90 anos, residente na *tekoá Porã*:

*“Aquela tava foi deixada por Nhanderu. (...) não foi trabalho dos brancos. Não foi feita por eles. Foi trabalho de Nhanderu, Jesus Cristo. Os brancos não podem refazer ela. Ela é insubstituível. É de muito tempo atrás. Deixaram ela quando alcançaram a morada de Nhanderu. Ela é única.”*

<sup>44</sup> José Otávio Catafesto de Souza, Carlos Eduardo de Moraes, Daniele Pires e Mônica Arnt.





IPHAN

INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO  
NACIONAL

*“Ela não é para os brancos. É pra eles verem ela, para ver como era o sistema guarani daquela época.”*

*“Os padres não conseguiriam fazer aquilo, não teriam capacidade. Aquilo foi deixado por Nhanderu, há muito tempo. Essa história já tá indo pra 2000 anos. Antes disso já existíamos.”*

*“Na primeira terra já existiam os padres, mas eram mbyá guarani. Esses que fizeram a tava.”*

Outra referência à natureza indígena dos jesuítas foi registrada por Aldo Litaiff, a quem um informante *Guarani* declarou:

*“os jurua têm muito ciúmes dos índios, por isto dizem que o Kesuíta era padre. A gente sabe que eles são Nhanderu Mirim, são Guarani mesmo”. (LITAIFF: 2009:144)*

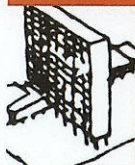
Ainda em 2009, o projeto *Valorização do Mundo Cultural Guarani* realizou suas primeiras ações. Em parceria com o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH)<sup>45</sup> e com recursos do IPHAN e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI)<sup>46</sup> iniciou o Inventário Cultural Ampliado com os *Guarani-Mbyá*, abrangendo comunidades no Espírito Santo, no Paraná, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e em São Paulo, e realizou ações de salvaguarda que haviam sido recomendadas pelo *INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, as quais beneficiaram comunidades situadas no Rio Grande do Sul e em São Paulo, prolongando-se nos anos 2010 e 2011. Foram executadas as seguintes ações:

- Encontro de representantes *Guarani-Mbyá* de aldeias alvo de visita turística, na *tekoá Porã*, em novembro de 2009, do qual resultou a elaboração de um guia bilíngue;

<sup>45</sup> Essa parceria foi alinhavada por ação direta da então superintendente do IPHAN-RS, Ana Lúcia G. Meira que, em viagem à Espanha, convidou técnicos do IAPH a conhecerem os remanescentes missioneiros.

<sup>46</sup> Equipe composta por Adriana Queirós Testa, Daniel C. Pierri, João M. A. Barbosa e Luiz Lira, sob a coordenação da antropóloga Maria Inês Ladeira.





- Oficinas de apoio à transmissão de saberes artesanais relacionados à confecção de instrumentos musicais para rituais, nas *tekoá Koenju*, *Anhetenguá*, *Porã* e *Yryapu*, em junho de 2010;
- Oficinas de apoio às práticas de artesanato tradicional *Guarani*, nas *tekoá Koenju*, *Anhetenguá*, *Porã*, *Yryapu* e *Jateity*, em julho de 2010;
- Reuniões de apoio à realização da cerimônia do *Nheemongarai*<sup>47</sup> nas *tekoá Koenju*, *Anhetenguá*, *Porã* e *Yryapu*, em janeiro de 2011 (cuja preparação se deu em outubro de 2010, na *tekoá Yriapu*).

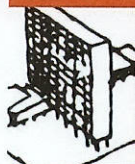
Foram realizadas, também, ações de recuperação de pomares e de áreas com espécies nativas em 20 comunidades, situadas no Vale do Ribeira e no litoral de São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Em 2011, ao finalizar a primeira etapa do INRC Ampliado, isto é, o Levantamento Preliminar, o CTI apresentou ao IPHAN a proposta de realizar cursos de formação de pesquisadores *Guarani*, que assumiriam o trabalho de documentação de suas práticas culturais. O resultado desses cursos foi a identificação e mapeamento de uma expressão, o *Xondaro*, que é, ao mesmo tempo, uma dança, uma condição social e uma função.

Essa proposta representa uma mudança de rumo na aplicação da metodologia do INRC, que já pressupõe a integração de membros das comunidades nas equipes de pesquisa. A formação de pesquisadores indígenas baseou-se na reflexão sobre os modos de aprender entre os *Guarani* e na apropriação dos princípios da metodologia do INRC, implicando em exercícios de 'tradução cultural'. Conforme observado no Dossiê de Registro da *Tava*, os cursos possibilitaram que os participantes adquirissem uma compreensão aprofundada dos sentidos e implicações das políticas culturais, das quais poderão beneficiar-se para execução de projetos próprios, como já ocorre com os jovens cineastas *Guarani*, que participam de Editais públicos, concorrem a prêmios e estabelecem parcerias com organizações não-governamentais para realização de filmes de seu interesse. Os pesquisadores indígenas vão atuar na segunda fase do novo Inventário Cultural.

<sup>47</sup> Cerimônia de nomeação das crianças *Guarani*.





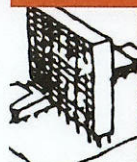
Dando prosseguimento à instrução do processo de Registro da *Tava* em São Miguel Arcanjo, o IPHAN contratou a Ong Vídeo nas Aldeias para elaboração de um filme sobre a *Tava*. Os cineastas *Guarani* Ariel Ortega e Patrícia Ferreira participaram desde a elaboração do roteiro até a realização das filmagens e a edição, conseguindo registrar as palavras dos mais velhos sobre a *Tava*. A importância de sua participação, como autores do filme, pode ser dimensionada pelas palavras de Vincent Carelli, coordenador do Vídeo nas Aldeias:

*“Só uma equipe de pesquisadores guarani poderia desenvolver em profundidade um tema como esse, já que os Guarani são extremamente reservados em se tratando de religião (...) a realização deste documentário se coloca dentro do processo mais amplo, de formação dos realizadores indígenas guarani, aprofundando o desenvolvimento de reflexão histórica com o auxílio colaborativo do meio audiovisual, e a rica apropriação deste meio como ferramenta para o diálogo interno, além do externo.”*

Como se vê, o tempo transcorrido desde o início do primeiro Inventário Cultural, em 2004, até a finalização do processo de Registro da *Tava* em São Miguel Arcanjo, em 2014, foi fundamental para que os *Guarani-Mbyá* construíssem seu conhecimento sobre o tema da patrimonialização e da salvaguarda de referências culturais, e para que o IPHAN aprendesse a trabalhar com um povo indígena e com instituições não governamentais, cuja participação tem sido fundamental para o prosseguimento do trabalho com grupos sociais. Foi ampliando sua rede de parcerias que o IPHAN ampliou o acesso aos *Guarani-Mbyá*.

Como conclusão da instrução do processo Registro a que se refere este Parecer foram realizadas reuniões na comunidade da *tekoá Koenju*, com a qual o trabalho havia iniciado, para apresentar aos *Guarani* o conteúdo do Dossiê de Registro, elaborado pela antropóloga Sílvia Guimarães, da Universidade de Brasília. Na ocasião, fez-se um debate sobre o título do Registro. Como já foi mencionado anteriormente, no pedido de Registro consta o termo ‘*Tava Miri dos Mbyá-Guarani*’, que expressa o entendimento a





que se havia chegado na conclusão do *INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*.

Posteriormente, na medida em que se ampliou a participação dos *Guarani* no trabalho de documentação cultural e de instrução do processo de Registro, houve um debate sobre as formas de definir a *Tava*, em que vários idosos consideraram ‘*tava miri*’ um termo inadequado, porque refere-se à morada dos imperecíveis, um lugar que não é visível aos que vivem nesse mundo perecível e imperfeito. O debate está bem documentado no filme *Tava, a Casa de Pedra*, que contém importantes considerações sobre os sentidos atribuídos à *Tava* em São Miguel Arcanjo.

Assim, acatando o que ficou acordado com os *Guarani* nas reuniões realizadas em 12 e 13 de agosto de 2014, o título do Registro ficou definido como *Tava, Lugar de Referência para o povo Guarani*.

## 2 – A *Tava* como referência cultural e objeto de Registro

O termo *Tava*, no caso de São Miguel Arcanjo, abrange as ruínas e o espaço onde, no passado, houve uma grande *tekoá Guarani*, uma ‘aldeia dos antigos’ (*INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, Ficha de Identificação-Edificações, F30/1). Como foi relatado neste Parecer, a *Tava* em São Miguel Arcanjo é um espaço vivo que articula concepções relativas ao bem-viver *Guarani*, ancoradas em sua cosmologia, integra narrativas sobre sua trajetória como povo e é diariamente vivenciado como lugar de atividades diversas e de aprendizado para os mais jovens.

Sua construção foi ordenada por *Nhanderu*, antes da chegada dos conquistadores, que foram convidados a habitá-la, juntamente com os indígenas. Os religiosos eram, na verdade, antigos *Mbyá*, mas os *juruá* de hoje não sabem disso. *Vera Mirim*, residente na *tekoá Porã* (no Rio Grande do Sul) afirma que “na primeira terra já existiam os padres, mas eles eram *Mbyá-Guarani*”. *Tito Karaí*, que reside numa *tekoá* em Santa Catarina, explica que o *kesuíta* era um *Nhanderu Mirim*:





*“(...) o Jurua tem ciúme e diz que o Kesuíta não é Índio, que ele é Jurua, mas ele é Nhanderu Mirim, ele é dos nossos. Ele é um mestre que nos ensina como fazer as coisas. Nhanderu ensinou também coisas aos Jurua, o carro, o avião, o barco, mas isso ele não ensinou para os Guarani, para que vivêssemos tranquilos. Então ele nos deixou pobres, para vivermos felizes no mato. O Jurua não sabe que foi Nhanderu que lhe deu tudo. Ele não sabe que Jesus Cristo é Tupã Marandi Ra’i, que é também o filho de Nhanderu Tenondegua. Então o Jurua não sabe nada mesmo! (Entrevista com Tito Karai, outubro de 1996. LITAIFF:2009:149)*

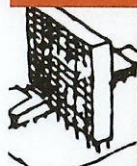
Assim, a *Tava* é, também, uma expressão da trajetória dos *Guarani-Mbyá*, pois relaciona-se a um evento histórico – o advento das Missões Jesuíticas dos Guarani - do qual participaram seus parentes. Esse evento foi incorporado aos relatos *Mbyá* e reelaborado conforme a linguagem do mito, que afirma o protagonismo indígena nas experiências vividas. As ruínas são um sinal de que lá estiveram os antigos.

Por estar em ruínas, a *Tava* é um testemunho da condição de perecibilidade que caracteriza a vida terrena, uma vida de imperfeição. Ao mesmo tempo, indica que é possível alcançar a imperecibilidade, como aconteceu com aqueles que a construíram, os quais, segundo as narrativas *Mbyá*, não morreram, mas se encantaram e hoje vivem em *yvy dju*, a Terra Sagrada, a morada dos imperecíveis. Por essa razão, as ruínas não devem, jamais, ser reconstruídas.

Existem outras *tavas*. Narrativas coletadas em etnografia realizada por Aldo Litaiiff em comunidades *Mbyá* de Santa Catarina confirmam a afirmativa de que certas ruínas de construções de pedra (*tavas*) são sinais da passagem dos antigos *Guarani* e marcos que orientam as caminhadas no tempo presente. Assim, uma igreja construída sobre as ruínas de um templo do século XVI, em Itanhaém (SP), é considerada pelos *Mbyá* um lugar sagrado, por ter abrigado, no passado, uma *opy* (casa de reza). Segundo seu informante, Tito Karai Mirim, o *xamã* que ali viveu, alcançou *yvy dju* (a Terra Sagrada), levando consigo seu grupo de rezadores. A *opy*, então, transformou-se em pedra e também ficou eterna. (2009, p.145).

Para os *Mbyá*, tais ruínas são ‘memórias materializadas, monumentos que contam a história dos *Guarani* e demarcam seu território’. As pedras são “os ossos da terra”





e símbolos de eternidade. Sua retirada provocaria “o desmoronamento e a destruição do mundo.” (2009, p.147).

**As *tavas* estão, portanto, diretamente relacionadas ao trânsito e à territorialidade *Guarani-Mbyá*.** Mas nem sempre elas se referem a estruturas visíveis. É preciso que o *karai* as identifique.

A singularidade da *Tava* em São Miguel Arcanjo está no fato de que as ruínas estão visíveis a todos, inclusive aos não-indígenas. Foi para isso que *Nhanderu* mandou construir essa *Tava*: para contar a todos quem são os *Guarani* e ensinar-lhes os caminhos do bem-viver.

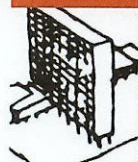
Por tudo isso, estar na *Tava* aciona sentidos de pertencimento e de identidade para os *Guarani-Mbyá*. Reafirma, diante dos visitantes, sua condição de sujeitos da história.

Cabe observar que os *Guarani* estão sempre debatendo a respeito das relações possíveis entre o mundo tangível e o intangível (PIERRI, 2013) e a *Tava*, como outras referências culturais, integra esse debate. Não há, portanto, a seu respeito, uma narrativa única, consensual, mas variações nas quais determinados sentidos estão presentes.

### 3 - A salvaguarda

Como foi relatado acima, ações de salvaguarda foram realizadas já durante a elaboração do *INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo*, como resposta a importantes demandas dirigidas ao IPHAN pelos *Guarani* engajados no processo de documentação. Atender a tais demandas foi fundamental para a construção da relação do IPHAN com as comunidades *Guarani*, porque as ações realizadas, de certa forma, expressam as escolhas *Mbyá*, apresentando uma ‘pauta’ de práticas e saberes que devem ser preservados, e de conhecimentos dos *juruá* pelos quais se interessam. De tudo o que foi realizado, destacamos a formação de cineastas *Guarani*, tanto pelo fato de ter qualificado o trabalho de documentação, ampliando o acesso aos mais velhos e registrando suas palavras, quanto pelas possibilidades que se abriram de atuação autônoma dos jo-





vens, que hoje estão realizando filmes de seu interesse<sup>48</sup>, por meio de parcerias que estabeleceram com outras instituições, e estão capacitando outros jovens, reunidos no núcleo de cinema *Guarani*, organizado na *tekoá Koenju*.

Para a definição do Plano de Salvaguarda, após o reconhecimento formal da *Tava* como patrimônio imaterial, as diretrizes apontadas no Dossiê são coerentes com o principal objetivo do Registro: o desejo dos *Guarani* de contarem sua história, assumindo perante os não-indígenas a condição de autores de sua trajetória, que lhes foi negada, conquistando o direito de permanecerem junto às ruínas, em melhores condições, e de participarem da gestão do Parque Histórico das Missões.

### 3 – Conclusão

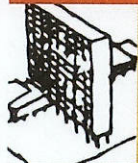
O Registro a que se refere este Parecer trata do reconhecimento da profunda relação dos *Guarani-Mbyá* com as ruínas e o espaço a que chamam *Tava* em São Miguel Arcanjo. A *Tava* se constitui num Lugar, porque possui sentido cultural diferenciado, expresso nas narrativas míticas e nas vivências que abriga, no tempo presente, que lhe conferem singularidade.

Contrariando a perspectiva adotada pela historiografia tradicional (e pelas instituições de patrimônio no Brasil e na Argentina) de que os *Mbyá* não teriam relação com os *Guarani* missioneiros ou com as Missões, por serem descendentes dos antigos *monteses* ou *ca'águara* (habitantes da mata), eles se mantiveram presentes na *Tava*, pelos meios possíveis: durante décadas, de forma rarefeita, visitando-a ou morando provisoriamente nas suas imediações, e, a partir dos anos 90, pernoitando no sítio, vendendo artesanato no alpendre do Museu das Missões, realizando reuniões, participando de eventos culturais, dentre outras práticas. Usos que demonstram o caráter processual de sua relação com a *Tava*.

A bibliografia etnohistórica tem tratado com cuidado as classificações étnico-sociais impostas pela ordem colonial, demonstrando que as fronteiras étnicas eram, na verdade, imprecisas e sujeitas a transformações ditadas tanto pelas relações entre os

<sup>48</sup> Em parceria com o Vídeo nas Aldeias, realizaram os filmes *Bicicletas de Nhanderu* e *Desterro Guarani*.



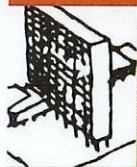


grupos indígenas, quanto pelas situações concretas decorrentes da conquista e colonização de seus territórios pelos europeus. Embora a documentação oficial, sobretudo a partir do século XVIII, demonstre uma crescente distinção sociocultural entre os *Guarani monteses* e os demais *Guarani*, esses ‘segmentos’ não viveram isolados (FAUSTO, 2005, p.389). A própria lógica do sistema missionário baseava-se na circulação dos indígenas, por exemplo, entre os povoados reducionais, as estâncias de criação de gado e os ervais em que se coletava a erva-mate para consumo e comercialização. As relações entre os que viviam dentro e os que permaneceram fora das reduções estão relatadas em textos de época, produzidos tanto pelos religiosos quanto por indígenas letrados. Exemplo dramático são as comunicações trocadas entre os missionários e outros nativos, combinando ações conjuntas, no contexto da Guerra Guaranítica (NEWMAN, 2009).

Conforme demonstrado neste Parecer e no Dossiê de Registro, as *tavas* são lugares focais da vida social *Guarani-Mbyá*, por estarem relacionadas à caminhada dos antigos e das divindades, cujos passos devem ser seguidos por aqueles que desejam atingir a condição de imperecibilidade. A caminhada hoje se dá tanto pelos deslocamentos de indivíduos, famílias e, por vezes, comunidades, quanto pela adoção de condutas especiais de devoção, de alimentação e de relacionamento com os outros, que configuram uma ascese *Guarani*, voltada para a mudança de condição da pessoa. As *tavas* são marcos deixados pelos antigos, para orientar as caminhadas no tempo presente, seja passando por elas e descobrindo os caminhos, seja permanecendo nas suas proximidades. São os *karai* que identificam sua presença, invisível aos olhos da maioria. A *Tava* em São Miguel Arcanjo singulariza-se por estar visível a todos, inclusive os não-indígenas, materializando uma mensagem verdadeira, conforme expressam as palavras de Tito *Karai* (LITAIFF, 2009, p.150):

*“A ruína é como um documento, ela é a prova que mostra tudo o que era dos Guarani. É por isso que Nhanderu Tenondegua enviou os Nhanderu Mirim para fazer ruína, para mostrar nosso caminho, porque ele nos ama muito (...)”*



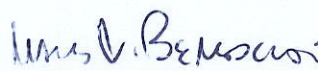


IPHAN

INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO  
NACIONAL

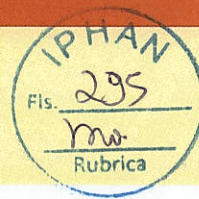
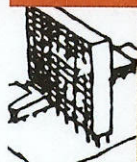
Por tudo o que foi exposto neste Parecer e no Dossiê, recomendamos enfaticamente a inscrição da *Tava* em São Miguel Arcanjo no Livro dos Lugares, criado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

  
Beatriz Muniz Freire  
Historiadora/IPHAN-RS

  
Marcus Vinícius Benedeti  
Cientista Social/IPHAN-RS

**Beatriz Muniz Freire**  
Historiadora - 12ª SR/IPHAN  
SIAPE 1125460





### Referência Bibliográfica

BAPTISTA, Jean. O Temporal. Dossiê Missões. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009, v. 1.

----- O Eterno. Dossiê Missões. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009, v. 2.

BAPTISTA, Jean e SANTOS, Maria Cristina dos. As Ruínas. Dossiê Missões. São Miguel das Missões, Museu das Missões, 2009, v. 3.

BAUER, Letícia. *Patrimônio cultural, História e Memória: o arquiteto e o zelador. São Miguel das Missões (1937-1950)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BRUM, Ceres K. *“Esta terra tem dono” Uma análise antropológica de representações produzidas sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS. PPGÁS-Antropologia Social, 2005.

BRUM, Ceres K. *A invisibilidade indígena no Rio Grande do Sul: por uma antropologia das circularidades entre mito, diversidade cultural e educação*. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 23 a 27 de setembro de 2013.

CHAGAS, Mario. Cultura, patrimônio e memória. *Revista Museu*, maio de 2005. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986>>. Acesso em: 2 out. 2014

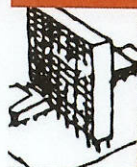
FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse Jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). *Mana, Rio de Janeiro*, Out 2005, vol.11, n.2, p.385-418.

FAUSTO, Carlos e MONTEIRO, John. (org.). *Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia; Assírio & Alvim, 2007.

FLECK, Eliane C. D. “Estados de paz” e “estados de guerra” – negociação e conflito na América portuguesa (séculos XVI e XVII). Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. PUC, São Paulo, 2005, v. 31. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2322>. Acesso em: 2 out. 2014.

FREIRE, Beatriz M. A aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais junto aos Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões e as possibilidades de diálogo com o presente. In: MEIRA, Ana L. e PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.119-125.





GIL, Flávio. *A representação de santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier e São Francisco de Borja na imaginária missioneira*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2014.

GOBBI, Flávio Schardong. Sobre formações aldeãs Guarani no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Gilberto F., PENNA, Rejane e CARNEIRO, Luiz Carlos C. (org.). *RS Índio: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. Caxambu. In: *26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Caxambu, 23 de outubro de 2002. Comunicação

ISA – Instituto Socioambiental. *Povos Indígenas no Brasil. 1996/2000*. Carlos Alberto Ricardo (Editor) São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. 831 p.

KOK, Glória. Memória dos ossos: xamãs e jesuítas em processo de interação simbólica e resistência na América meridional (séculos XVI e XVII). In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

LADEIRA, Maria Inês. *O caminhar sob a luz: território Mbyá à beira do oceano*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LEENHARDT, Jacques. Visões de São Miguel das Missões. In: *Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. In: MEIRA, Ana L. e PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.23-27.

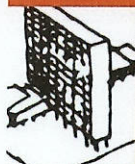
LITAIFF, Aldo. O “kesuíta” Guarani: mitologia e territorialidade. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v.3, n.2, p.142-160, jul./dez. 2009.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Rev. Antropol.* 1997, v.40, n.2. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0034-770119970002&script=sci\\_issueoc](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0034-770119970002&script=sci_issueoc)>. Acesso em: 2 out. 2014.

MEIRA, Ana Lucia G. A trajetória do IPHAN nas Missões. In *Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. In: MEIRA, Ana L. e PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 81-87.

MEIRA, Ana; FREIRE, Beatriz M. e PETRY, Sandra. Atribuição de Valores e Novos Conceitos na Preservação dos Sítios Históricos Missionários: o caso do antigo povoamento.





mento de São Miguel Arcanjo. In: Encontro Internacional Arquimemória 4. Salvador, de 14 a 17 de maio de 2013. Texto.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a História do Brasil Meridional. Séculos XVI-XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992 p. 475-498

MONTEIRO, John. *A invenção dos índios*. *Revista de História*, 2003, v.2, p.109-137. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18967/21030>>. Acesso em: 2 out. 2014.

NEWMAN, Eduardo. "De letra de índios" cultura escrita e memória indígena nas reduções guaranis do Paraguai. *Revista Varia História, Belo Horizonte, jan./jun. 2009, v. 25, n. 41, p.177-196*.

NEWMAN, Eduardo. *O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata Colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996

PESSANHA, José Américo Motta. A retórica dos museus. *Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 jul. 1984. Idéias, p.8*.

PIERRI, Daniel. O Perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mbyá. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, USP, 2013.

POMPA, Cristina. Profetas e santidades selvagens. Missionários e caraíbas no Brasil colonial. *Revista Brasileira de História. São Paulo, 2001, v. 21, n. 40, p. 177-195*.

SEVERAL, Rejane da Silveira. Jesuítas e Guaranis face aos impérios coloniais ibéricos no rio da Prata. In : *Revista de História Regional* 3 (1) : 117-134. PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1998.

SILVEIRA, Flávio L. A. da. O barroco gauchesco-missioneiro: reflexões a partir da memória coletiva dos contadores de causos e das paisagens fantásticas missioneiras. *Topoi, jan.-jun. 2011, v. 12, n. 22, p. 137-157*.